

ATA DA 771ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2025

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e seis de maio do ano dois mil e vinte e cinco, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e quatro Conselheiras e Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária:	Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha
Segunda Secretária:	Ana Paula Melo Atanes
Terceira Secretária:	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião e cumprimentou os presentes e os que estavam assistindo a transmissão pelo YouTube. Por oportuno, registrou que o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros não autoriza a divulgação das imagens, nem a reprodução total ou parcial dos pronunciamentos feitos na tribuna ou da Mesa do Conselho, a não ser pelos meios oficiais, que são: a ata da respectiva reunião e a transmissão online para associados, protegidas por senha. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros.

- **É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros**

4) EXPEDIENTE SOLENE

Posse de Conselheiro e Suplentes

Presidente – Presidente – Convidou para tomar posse, entretanto não compareceram, o Sr. John Herbert Buckup Junior, primeiro Suplente do Grupo B pela Chapa Pinheirenses da eleição de maio de 2020, que na forma do disposto no §2º, do Art. 24, do Regimento para Eleição Parcial do Conselho Deliberativo, assumirá o cargo de Conselheiro pelo tempo remanescente do mandato do Conselheiro Carlos Alexandre Brazolin, até maio de 2026, tendo em vista que este passou a integrar o grupo dos Conselheiros Efetivos após o término do seu mandato como Presidente da Diretoria; bem como outros Suplentes do Grupo B convocados para esta Reunião, a saber: Chapa Pinheiros de Todos Nós - período 2022/2028: Ricardo de Barros Pimentel Sarli e Arthur Flosi Alexandre Peão; e, Chapa Participação Viva - período 2022/2028: Vanessa Jarrouge Gordilho.

5) EXPEDIENTE FORMAL

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente - Submeteu ao plenário, tendo sido aprovadas, as seguintes proposições: : votos de pesar: 1) de iniciativa da Mesa, pelo falecimento da Associada Mariângela Maciel Miller Moreira Porto, irmã do Conselheiro Carlos Edmundo Miller Neto e do Associado Luiz Eduardo Maciel Miller; e, 2) de autoria do Conselheiro Décio Cecílio Silva Júnior propõe voto de pesar pelo falecimento da associada Lucy Lemmi Giovanini Dialetachi, esposa do associado Flavio Dialetachi; votos de louvor: 1) proposto pelo Conselheiro Carlos Augusto Kodama Westphal, à associada Maria Cristina Bernardino de Campos Neves, pelo excelente desempenho no Campeonato Paulista Master de Natação, se sagrando campeã nas provas de 50 metros livres e 100 metros livres; e, 2) de autoria da Terceira Secretária Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre, para o Teatro do Clube, pela apresentação da peça "Mais Quero Asno que me Carregue que Cavalo que me Derrube", muito divertida e que agradou a todos os associados. Prosseguindo, leu cartas recebidas da Diretoria, informando a nomeação de Diretores Adjuntos e Assessores para o biênio 2025/2027, a saber: DI. 343/2025: Celso Pochen Mugnola – Diretor Adjunto de Tecnologia da Informação; DI. 348/2025: Heitor Ferreira Tonissi – Assessor Especial da Presidência para Plano Diretor de Desenvolvimento, Dirceu Bissaco – Diretor Adjunto Financeiro e Wilson Roberto T. Bernardelli – Diretor Adjunto Financeiro; DI. 250/2025: Luiz Fernando Cimino Loureiro – Diretor Adjunto de Suprimentos; DI. 397/2025: Sra. Dulce Arena Avancini – Presidente Honorária do Centro Pró-Memória Hans Nobiling, Sérgio Henrique de Sá – Assessor Especial da Presidência para assuntos do Conselho Deliberativo, Vera Alice Siqueira Galhanone – Diretora Adjunta de Badminton, Eduardo de Toledo Pinto – Diretor Adjunto da Sauna Masculina e Horácio Brisolla Ferreira Neto – Assessor da Sauna Masculina; DI. 391/2025: Roberto José Lobo Queiroz – Diretor Adjunto de Atletismo, Wolf Dieter Heineken – Diretor Adjunto do DEA, Fulvio Basso Filho – Diretor Adjunto de Esgrima, Eduardo Souza Queiroz Achcar – Diretor Adjunto de Judô, Paulo Marcelo Toscani – Diretor Adjunto de Natação Alto Rendimento, Decio Junqueira de Mesquita Fernandes – Diretor Adjunto de Levantamento de Peso, Luiz Paulo Andrade Ferreira da Silva – Diretor Adjunto de Natação Máster e Aperfeiçoamento, Daniel Polidoro Mameri – Diretor Adjunto de Polo Aquático, Ricardo da Silva Rojas – Diretor Adjunto de Remo e Canoagem Verônica Dunker – Diretora Adjunta de Saltos Ornamentais, Antônio Manssur Filho – Diretor Adjunto de Triathlon, Luiz Eduardo Martins Castro – Diretor Adjunto de Natação Formação, Rodrigo Berber Villar – Diretor Adjunto de Restaurantes, Luís Ricardo Moreira – Diretor Adjunto de Relações Esportivas, Mariangeli Bernardes Bianchini Patarra – Diretora Adjunta de Ativas ECP, Cláudia Nemoto Matsui – Diretora Adjunta de Corrida de Rua, Guilherme Tilkian – Assessor de Corrida de Rua, Rachel Costa Miranda Pinto – Diretora Adjunta de Remo Indoor, Carla de Assumpção Marques – Diretora Adjunta de Yoga, Miriam Ferrara Padin – Assessora de Yoga, Maria Cecília Curti Del Picchia – Diretora Adjunta de Fitness Aquático Maria Carolina B Bolzan Piovesan – Diretora Adjunta de Artes Marciais David Alexander de Oliveira – Diretor Adjunto de Futebol, Elias Julião de Freitas Junior – Diretor Adjunto de Seleções, Carlos Eduardo Porto Mônaco – Diretor Adjunto de Futebol Adulto, Luiz Martinez Neto – Diretor Adjunto de Futebol Menor, Cassio Camargo de Mello – Diretor Adjunto de Futebol Menor, Tatiana Hungria Moreno – Diretora Adjunta de Futebol Feminino, José Guimarães Deccache – Diretor Adjunto de Fut7 e Marco Antonio Gonçalves Cardoso - Diretor Adjunto de Futsal;

DI. 399/2025: Fábio Prado Ferraro – Diretor Adjunto de Basquete; DI. 410/2025: Cintia Turella Di Stasi – Diretora Adjunta de Planejamento Orçamentário e José Alípio de Barros – Diretor Adjunto de Projetos Especiais; DI. 415/2025: Ana Yuki de Angelis Sato Sanchez – Diretora Adjunta de Karatê, Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Assessora Especial da Presidência para Governança e Compliance e Paulo Sérgio Machado Izar – Assessor de Serviços Gerais e Assessor de Patrimônio.

José Ricardo Pinheiro Lima – Iniciou desejando feliz gestão ao Presidente André Perego Fiore e aos novos Diretores. Prosseguindo, propôs votos de louvor às cinco atletas da base do Clube que conquistaram o Campeonato Pan-americanas de Polo Aquático, em Medellín, na Colômbia, na última semana: Lara, Carolina (Carol), bem como aos atletas que conquistaram medalha prata nesse Pan-americano, inclusive um deles, Niklas Cappellano - filho de Sergio Ulisses Cappellano, que foi campeão mundial universitário - além de Eduardo Carraresi e o goleiro Luccas, que participarão do Mundial Sub 20 a ser realizado em Zagreb, na Croácia. Para quem não sabe, na Croácia o primeiro esporte não é o futebol. A propósito, pediu aos novos diretores que continuem o trabalho na base, porque há tempos não vemos um atleta olímpico oriundo da base, sempre com nossos gloriosos militantes. Votos aprovados.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Registrou, com votos de louvor, a participação do Clube no 2º Campeonato Interclubes de Pickleball, que foi realizado no dia 26 de maio no Clube Parque Continental. Destacou que o Clube se fez representar por 7 equipes em diversas categorias, tendo 4 delas passado pelas etapas classificatórias, chegando às etapas eliminatórias e 2 delas chegando às semifinais. Trata-se de um resultado expressivo para um esporte tão novo e praticado de forma ainda experimental no Clube. Comentou que muitos dos clubes que enfrentamos já possuem estruturas permanentes e equipes competitivas treinando com uma frequência muito maior. Então, diante dessa disparidade, o resultado do Pinheiros foi notável e jogadores pioneiros dessa modalidade fizeram muito bonito mesmo. Reportou que o Pickleball é uma mistura de Tênis, Badminton e Tênis de mesa, que no Clube, salvo engano, teve início no 2º semestre de 2024, com apoio de uma equipe de monitores muito competentes, que fazem demonstrações e ensinam esse esporte a todos que chegam lá interessados. Além dos atletas a seguir relacionados, estendeu o voto aos Diretores de Esportes Associativos, tanto da gestão passada, Maria Cristina Machado de Araújo, quanto da presente Diretoria, Rodolfo José Sanchez Serine, aos monitores, principalmente Ricardo Peralta e a todos aqueles que fazem parte dessa modalidade nova: Equipe Iniciante 3.0: Cesar Bianchi, Daniel Poloni, Gabriel Polini, Pietra Cardoso, Milena (coordenadora) e Liv; Equipe Intermediário 3.5: Bernardo, João Gabriel (coordenador), Antonio Carlos da Costa (Caco), Marjorie Medeiros, Aline e Ângela Sanches; Equipe Intermediário Plus: Eduardo Viana, Carlos Pocinho, Marcelo Camargo Fonseca, Joana, Regina Candeloro (coordenadora) e Ana Paula Rosa Fonseca; Equipe Avançado: Fabio (Coordenador), Francisco, Adolpho Bianchim Monica Yanagui, Claudia Spina e Fernanda Freixosa; Equipe 40 mais: Bernardo Borges, Marco Chaves (coordenador), Marcelo Camargo Fonseca, Aline Almeida, Liv Enger e Marjorie Medeiros; Equipe 50 mais: Carlos Pocinho (coordenador), Marcelo Monteiro, Antonio Carlos da Costa (Caco), Milena Blum, Claudia Spina e Adriana Micheloni; Equipe 60 mais: Lauro, Claudio Damasceno, Ale Falsal, Angela Sanches e Ariane Malohlava (coordenadora). Votos aprovados.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – Propôs voto de louvor ao atleta de Triathlon Miguel Hidalgo, que no último dia 17 foi medalhista de Bronze numa etapa do Circuito Mundial de Triathlon, em Yokohama, no Japão, subindo sete posições no ranking mundial e hoje é o primeiro brasileiro a integrar o seleto grupo dos três melhores do mundo; no ranking da Federação Internacional de Triathlon, com 24 anos, é o 3º colocado, que desponta como medalhista ou finalista ou um grande atleta para os próximos Jogos Olímpicos. Estendeu o voto ao técnico Marcelo Ortiz e ao Diretor Adjunto Antonio Manssur Filho e a todos os atletas do Triathlon que ajudam no treinamento. O segundo voto de louvor que propôs foi para a equipe Sub 18 de Judô, que se sagrou Campeã Paulista no último sábado, em Itapeverica da Serra. Destacou o bom trabalho desenvolvido pela equipe de Leandro Guilherme, do Sensei Sérgio Baldijão, em que vários técnicos e treinadores são ex-atletas do Clube e trazem o espírito pinheirense para dentro do tatame. Destacou a atuação do atleta Marcus Rosa, de 16 anos, categoria peso-pesado. Comentou que hoje, com a aposentadoria de Rafael Silva – o Baby, o Brasil não conta com um peso-pesado e Marcos fez uma competição onde demonstrou muita técnica, garra e competência, sendo campeão paulista. Votos aprovados.

Presidente – Pediu licença para informar ao Plenário que naquela noite estava inaugurando um relógio para facilitar o controle do tempo, tanto para o orador, quanto para a Mesa.

Maria Cristina Machado de Araújo – Propôs votos de louvor a duas atletas associadas do Skate, que vêm se destacando no alto rendimento: Helena Laurino, que foi campeã e Fernanda Tonissi, que ficou em 5º lugar na STU National Florianópolis 2025, realizada no dia anterior. Votos aprovados.

Vera Maria Patriani Marinho Gozzo – Propôs voto de louvor a seu neto Pietro Patriani De Albuquerque, que inicia uma carreira no Triathlon, depois de ter se saído muito bem no Futebol Menor. Comentou que diante das colocações de Pietro, teve boa noção da importância da Pista, motivo pelo qual estendeu o voto a todos aqueles que se empenharam para que o projeto da Pista fosse realizado, à gestão do Presidente Carlos Alexandre Brazolin e à atual gestão, que dará continuidade a esse trabalho, que é motivo de orgulho e demonstra que o Esporte Clube Pinheiros cada vez mais galga uma situação e uma posição nacional, latino-americana e até internacional com aquilo que ele vem investindo aos seus esportistas. Voto aprovado.

Sérgio Henrique de Sá – Iniciando, elogiou a implantação do cronômetro, para evitar justamente aquelas extensões temporais, muitas vezes desnecessárias. Mencionando o Diretor do Cultural da gestão anterior, Antonio Carlos Foschini, propôs voto de louvor pela apresentação da peça teatral "Mais Quero Asno que me Carregue que Cavalos que me Derrube", dizendo estar certo de que a nova Diretora Cultural, Patrícia Cordeiro de Abreu Alessandri, conduzirá bem as novas peças. Estendeu o voto ao Diretor Ednaldo Freire, profissional de alto gabarito e de sucesso.

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório – Utilizando projeção de slides, apresentou a estrutura do Centro Pró-Memória Hans Nobiling, enaltecendo a presença em Plenário de sua Presidente Honorária, Dulce Arena Avancini. Prosseguindo, assim de pronunciou: "Há mais de três décadas, como a gente pode ver, o Centro Pró-Memória vem preservando e divulgando toda nossa história. O Centro Pró-Memória foi inaugurado em 23 de março de

91 e é responsável pela preservação e divulgação da nossa história. O acervo inicial foi “herdado” do Museu Hans Nobiling, inaugurado em 1970 na antiga Casa de Barcos, sob a direção e orientação de Mário Gracco Ribas, avô do Conselheiro Ribas e de Alceu Maynard de Araújo. Esta primeira iniciativa no caso foi um trabalho museológico, foi desativada com a demolição do prédio, em 77. Em 1989, foi criada a Comissão Pró-Memória, grupo de trabalho encarregado de tratar da recuperação e preservação da história do Clube, preparando os trabalhos da comemoração do centenário do Clube. Finalmente, em 91, o Centro Pró-Memória foi inaugurado no 1º andar do Centro Desportivo, mais tarde chamado de Conjunto Desportivo Henrique Villaboim, onde mantinha uma sala de exposições com arquivos e administração. Seu primeiro Presidente foi Francisco Lotufo Filho, auxiliado pela Comissão Pró-Memória. No caso os senhores estão vendo na fotografia os participantes da 1ª Comissão: Alex Lostchinin, Francisco Lotufo, dona Dulce Avancini e José de Barros, que é o tio-avô do nosso conhecido Roberto Alexandre Zeminian de Araújo. Em 2020, a exposição de longa duração ganhou um espaço de maior visibilidade na Sede Social, aberto à visitação diária, que é um verdadeiro “cartão de visita”, apresentando a nossa história e os nossos valores. Além das peças originais expostas, uma linha do tempo e diversas instalações interativas e aplicativos possibilitam que o visitante pesquise os conteúdos de acordo com os seus interesses, explorando temas como Jogos Olímpicos, Pan-americanos, Atletas Beneméritos, Modalidades Esportivas e o Rio Pinheiros, que também faz parte da nossa história. O espaço fundamenta a missão, que são os três pilares do Centro Pró-Memória: pesquisar, conservar e divulgar. Em seus mais de 30 anos de história, o Centro Pró-Memória construiu um acervo eclético, com mais de 60 mil itens, preservando a nossa história, bem como a memória da cidade, do bairro de Pinheiros e do esporte nacional. E nos bastidores e no dia a dia que vigora uma atividade constante de pesquisas, organização e conservação do acervo à disposição dos sócios e pesquisadores internos e externos servindo como suporte a programação anual de exposições temáticas e ações interativas de todas as Diretorias. Promovemos diversas exposições e atividades com a participação dos associados, atendendo a todas as faixas etárias e sugestões das Diretorias. Portanto, nós somos o meio. Em 2025, foi feita a entrega do Prêmio Mérito Esportiva à atleta Larissa Pimenta, primeira mulher pinheirense a conquistar medalhas em Jogos Pan-americanos. Mudança de local. Em setembro de 2022, após 29 anos de funcionamento no Centro Desportivo, realizou-se a transferência da exposição de longa duração para a Sede Social, onde é hoje, atendendo ao Plano Diretor de Desenvolvimento. Desta forma, tivemos nosso espaço físico dividido em diferentes locais, incluindo a guarda externa do nosso acervo sensível, que necessita de controle de climatização para papéis e tecidos. No final de 2024, foi elaborado o projeto de reforma do 1º andar do Centro Administrativo, onde está inclusa a nova sala que acomodará os arquivos. No caso ainda restam alguns pareceres de Comissões para que o projeto possa ser encaminhado à votação desta Casa. Senhores, eis os nossos arquivos, todas essas peças estão devidamente desmontadas e alocadas em vários locais no aguardo de um espaço para que a gente possa realmente reconstruir o nosso Centro Pró-Memória. Finalizando, a situação do acervo é delicada, pois ele necessita de cuidados de conservação e nós necessitamos de acesso às peças e aos documentos para compor as exposições e para o atendimento das pesquisas. Era isso. Muito obrigado”.

6) ORDEM DO DIA

Item 1 - Apreciação das Atas das 769ª e 770ª Reuniões Ordinárias, realizadas nos dias 22 e 28 de abril de 2025, respectivamente.

Presidente – Não havendo manifestação em contrário, declarou as Atas aprovadas, conforme apresentadas.

Item 2 - Apreciação do processo CD-03/2024, referente à segunda discussão para votação da redação final de proposta formulada pelo Conselho Fiscal, de alteração do Art. 1º do Regimento Interno daquele Órgão, aprovada em primeira discussão na 768ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 31/03/2025.

Pronunciamentos:

Presidente – As Sras. Conselheiras e os Srs. Conselheiros tiveram acesso às principais peças do processo com a convocação. Lembro a V.Sas. que por se tratar de alteração regimental, nesta fase dos trabalhos a discussão deverá abranger o texto resultante da primeira discussão, mais a proposta apresentada pela Comissão Especial de Redação, já que o mérito fora apreciado e decidido em primeira discussão. Finalmente, observo que somente são admitidas emendas com relação à proposta da Comissão Especial de Redação, para evitar incorreções de linguagem, incoerência, contradição evidente ou absurdo manifesto, tal como prevê o Art. 88 de nosso Regimento Interno. A matéria está em discussão.

Rodrigo Ferreira Lara – ... Sei, como o Presidente falou, que não está em discussão o texto, mas queria deixar consignado em ata, na verdade foi uma sugestão feita lá atrás e não foi incorporada, mas a gente fica limitando essa redação, sendo só contador e economista. Por exemplo, administrador tem contabilidade e economia na faculdade, então, poderia ser incorporado, talvez numa revisão futura incorporada essa redação do Conselho Fiscal. Muito obrigado.

Presidente – Não há mais inscritos. Está encerrada a discussão. Vamos à votação.

Votação do item 2 (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta da Comissão Especial de Redação à alteração do Art. 1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, objeto do processo CD-03/2024?

Resultado: 119 votos SIM, 11 votos NÃO, 04 ABSTENÇÕES.

Presidente - Está aprovada a proposta da Comissão Especial de Redação à alteração do Art. 1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, objeto do processo CD-03/2024.

Redação final do Art. 1º e seu Parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Fiscal

“Art. 1º - O Conselho Fiscal compor-se-á de três (3) membros efetivos, associados do Clube há mais de cinco (5) anos, eleitos pelo Conselho Deliberativo, com mandato de dois (2) anos, devendo dois (2) deles ser técnicos em contabilidade, contador ou economista.

Parágrafo único - Simultaneamente, serão eleitos três (3) suplentes que substituirão os efetivos em seus impedimentos, ausências ou licenças.”

Item 3 - Apreciação do processo CD-01/2023, referente à primeira discussão e votação de proposta formulada pela Mesa do Conselho Deliberativo, desenvolvida por Comissão Especial objeto da Resolução nº 01/2023, de 06/02/2023, de alterações estatutárias visando instituir a Comissão Permanente de Governança.

Pronunciamentos:

Presidente – Trata-se de proposta de iniciativa da Mesa do Conselho Deliberativo, secundando projeto elaborado pela Comissão Especial criada pela Resolução da Presidência nº 01/2023, de 06 de fevereiro de 2023, presidida pela Conselheira Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha, visando à criação da Comissão de Governança e respectivo Regimento Interno. Os Senhores receberam o material com a convocação. No prazo regimental foram apresentadas emendas modificativa, aditiva e supressiva de autoria do Conselheiro Luiz Carlos Junqueira Franco Filho. Foi ouvida a Comissão Permanente Jurídica, que se pronunciou através do parecer (fls. 1041/1086). Após um extenso parecer, com suas considerações, entendeu por bem: “Diante dessas considerações, com o propósito de manter a harmonia existente entre as instituições previstas no ordenamento do Clube, a Comissão Permanente Jurídica apresenta a inclusa emenda modificativa com fundamento no artigo 64 do Estatuto Social e do artigo 103 do Regulamento Geral visando à implantação de um “órgão de controle” (“Comitê de Governança”), de modo que o mesmo possa assegurar estar em conformidade com as questões jurídicas, éticas e de integridade, como ainda aumentar a eficiência e a mitigação de riscos, visando a um resultado maior que se traduz em vantagem para os associados.” Na última sexta-feira, dia 23, enviamos a V.Sas. uma manifestação da Comissão Permanente Jurídica, tão somente para retificar aquela terminologia em sua proposta, classificando a proposição como apresentou em seu parecer, como “emenda substitutiva”, quando, na realidade, o correto é “emenda modificativa”. A matéria está em discussão. Nós vamos dar a palavra às Senhoras e aos Senhores Conselheiros, no entanto, vou dar oportunidade à Comissão Especial para fazer suas considerações iniciais, em seguida eu consultarei o Presidente da Comissão Permanente Jurídica se também gostaria de fazer uso da palavra na tribuna.

André Guena Reali Frago (fora do microfone) – Se for necessário.

Presidente – Se for necessário. Conselheira Alessandra Bonilha, V.Sa. tem a palavra como Presidente da Comissão Especial e desde logo agradeço pelo trabalho, extensivo a todos os Membros desta Comissão.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – ... Eu gostaria de dizer que, primeiramente, esse trabalho foi construído de baixo para cima. Por que de baixo para cima? Porque foram feitas audiências públicas, alguns dos senhores conselheiros porque não estavam aqui, mas mesmo assim todos foram ouvidos. Foram ouvidos todos os Presidentes de Comissão, Ana Lucia era Presidente da Comissão Jurídica, Dr. Opice Blum era Presidente da CPPJ, não teve uma Comissão, uma parte interessada que não fosse ouvida. O Colégio de Presidentes foi ouvido, por que, senhores? Porque aqui nós não temos Cultura de Governança e Compliance e a gente precisa ter Cultura. Então, a necessidade de todo esse trabalho e quero nesse ato agradecer toda a equipe – Porque aqui não tem Presidente, foi feito um trabalho em equipe – quero agradecer a Ana Carolina Gazoni, “uma Bastião”, uma “soldada” que trabalhou muito, assim como o Luís Alberto, assim como o Alberto Sansiviero e o Ademir Scarpin, que hoje preside o Conselho Fiscal. Então, estou muito mais para fazer um agradecimento e um pequeno esclarecimento, muitas vezes me perguntavam: Por que nós escolhemos Comissão? Porque isso está em nosso ordenamento jurídico e é o veículo, tenho de falar isso, é o veículo que nós tínhamos como viável para começar a cultura de compliance, vamos dizer, mas de governança no âmbito do Conselho, porque já existe dentro da gestão executiva o compliance, então, nós precisávamos começar algo no âmbito do Conselho. Como fazer isso? Então, estudando com a bênção do nosso Dr. Manssur, o ordenamento jurídico, o melhor veículo para se começar seria uma Comissão. E diferente do que apregoado nas alamedas do Clube Pinheiros, esta será uma Comissão, como uma Comissão de Esportes, como uma Comissão Jurídica, como uma Comissão Financeira e qualquer outra dessas Comissões, exceto a CPPJ que tem um Regulamento próprio, ela só emite parecer e relatório. Diferente do que ficaram falando por aí, ela não tem o poder mandatário, não tem, senhores, simplesmente ela emite parecer. Por favor, se vocês tiverem oportunidade, consultem o Art. 64, do Regulamento. Façam isso, faço questão, está aqui no Estatuto. Sou discípula do Dr. Manssur, consulto tudo, faço questão de aprender com ele, porque assim a gente não passa recibo. Muito obrigada pelos seus ensinamentos aqui e na Comissão do ordenamento, aprendo com o senhor. É isso que queria esclarecer aos senhores. Vou passar a palavra para a Ana Carolina Gazoni, que tem muito a explicar aqui, de qual é a função desta Comissão tão importante para este Clube, assim como várias outras associações sem fins lucrativos têm um conselho. Enfim, em vários lugares, inclusive lembro aos senhores que os clubes de futebol hoje têm governança. Mas, enfim, isso é para outra história.

Ana Carolina Gazoni – ... É um prazer estar aqui esta noite, realmente é uma grande alegria depois de tanto tempo trabalhando pelo Clube na Área de Governança e Compliance poder trazer esse projeto construído após tantos anos para a plenária e para a nossa discussão em conjunto. (Projeção). Como vocês sabem, dentro do sistema de governança cada um de nós tem um papel e uma função. O Conselho Deliberativo tem a função precípua e maior de deliberar sobre a evolução dos nossos ordenamentos, da nossa estrutura de governança. E um pouco de todo esse trabalho realizado, na verdade a partir da Resolução do Dr. Guilherme, de 2023, um ano de muitas reuniões, acho que foram mais de 20 para a gente conseguir construir esse projeto, até discuti com todas as partes, todos os Presidentes, Comissões, convidados, associados. E na última terça-feira apresentando, até para que os novos Conselheiros pudessem conhecer mais aprofundadamente o seu conteúdo. Venho aqui contar um pouco do que ele propõe, com a ideia de que a gente possa realmente debater a partir daí. Acredito que todos vocês tenham lido o projeto, é detalhado, complexo, a gente procurou durante os trabalhos da

Comissão esclarecer pormenorizadamente cada um dos detalhes relacionados a ele. Enfim, ele conta também um pouco da história dessa discrepância que existe entre o que temos hoje implantado na gestão executiva do que queremos trazer também para o nosso Conselho Deliberativo. Eu só queria fazer uma ressalva que acho que é muito importante para esclarecer um conceito fundamental, que é dentro da estrutura, que o compliance como estrutura que procura prevenir, identificar e mitigar riscos de uma organização, ela é o suporte para uma boa governança. Então, enquanto nós estamos construindo uma base na gestão executiva para termos o cumprimento de regras, uma cultura de integridade, uma cultura de compliance da conformidade. Nós procuramos num sistema de governança dar subsídio a ela através também dos ordenamentos e das estruturas de Comissão das quais estruturamos. Por essa razão, criamos a oportunidade, Dr. Guilherme, de trazer a ideia de uma maior governança por meio da Comissão de Governança do Clube. É uma Comissão Permanente, como bem disse a Alessandra, ela não é uma Comissão diferente das demais, é uma Comissão que agrega e soma a essas outras como uma complementaridade de suas funções. E a partir daí eu vou mostrar um pouco para vocês a ideia do projeto, que está descrito. Aqui, só um pouco previamente queria dizer a todos vocês, não me apresentei. Para quem não sabe, sou Carolina Gazoni, trabalhei nesses últimos quatro anos na Assessoria de Governança e Compliance do Esporte Clube Pinheiros com o propósito único e exclusivo que a partir da técnica ajudaria a implementar os pilares do Programa de Compliance no Clube. Isso foi feito. Foi relatado nas matérias de algumas Revistas, nos treinamentos, enfim, conheço há muitos anos e tenho o prazer de ceder o meu tempo e o meu conhecimento a favor do Clube. Só esse parêntese, esqueci de me apresentar, para quem não me conhecia. Pois bem, aqui a gente vai falar um pouco sobre isso: para que serve, o que é a Comissão, como ela funciona, para o que vai servir para o Clube. Primeiro, que é um órgão técnico especializado. A Comissão de Governança tem esse propósito de ter uma especialização nesses aspectos da governança do Clube, essa é a proposta. Ela é, como as demais Comissões, uma Comissão que assessora a direção executiva e o Conselho, exatamente como prevê hoje o nosso Estatuto nos artigos que regulamentam o papel das Comissões como órgãos de governança do Clube. E ela trabalha o conceito da conformidade, da ética, da integridade no quesito que diz respeito ao cumprimento da garantia das regras e das normativas. Então, aqui a gente tem tal como às demais Comissões, ela é opinativa e tem por finalidade assessorar o Conselho e a Diretoria.

Presidente – Conselheira Ana Carolina, apenas para alertá-la que o tempo regimental se esgotou. V.Sa. precisa mais um tempo? Mais cinco minutos, pode ser?

Ana Carolina Gazoni – Não sei se consigo terminar, Presidente, pode ser um pouco mais? Se puder ser sete.

...

André Guena Reali Fragoso (fora do microfone) – Sr. Presidente, nesse sentido até passo a palavra para a Carolina.

Presidente – Perfeito.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Ana Carolina Gazoni – A não ser que queiram, eu posso encerrar rapidamente e passar para as perguntas.

Presidente – Conselheira Ana Carolina, o prazo está concedido. Importante matéria e o Plenário está ansioso para conhecer a matéria a fundo.

Ana Carolina Gazoni – Muito obrigada, André. ... Então, um dos pontos importantes em relação a essa Comissão é a questão da composição. Quando estudamos esse tema procuramos garantir a imparcialidade e a independência. Como fazíamos isso? Dentro das regras regimentais e estatutárias que temos. Então, montamos essa Comissão com a ideia de Membros internos que não somente do Conselho Deliberativo, também associativo. E aqui temos algumas questões que acho que são importantes para o debate, como, por exemplo, a necessidade ou não de Membros externos, a possibilidade ou não. Eu acho que vale a pena considerarmos isso como algo a debater e o tempo de permanência. Enfim, o que sempre devemos seguir, a equivalência, senhores, das demais Comissões. Segundo, a qualificação e experiência. Então, procuramos pormenorizadamente mais uma vez colocar ali como que esses Membros vão ser eleitos e qual é a qualificação técnica que eles têm de ter para poder compor e decidir algo relacionado a esse tema de tanta relevância. Também uma seleção imparcial. Então, a metodologia para se eleger os Membros desta Comissão também segue algumas determinadas regras, que ali são previstas, além do currículo e da seleção imparcial, ela não é uma eleição feita por chapas, é uma eleição feita de forma individual, procurando com que cada um seja escolhido por meio da sua qualificação e não somente por meio de qualquer critério político ou de qualquer interesse que seja. O objetivo maior aqui é que a gente tenha fortalecimento da cultura de compliance, da estrutura de compliance em vigor no Clube. Então, é uma inovação para sistematizar essas práticas e procurar resolver problemas e questões que muitas vezes são apontadas neste próprio Conselho Deliberativo. Recentemente tive oportunidade de acompanhar muitas discussões, inclusive há dois anos e muitas vezes foram suscitadas as grandes questões que dizem respeito à conformidade, ética, compliance, porque isso, porque aquilo. Então, a gente quer fortalecer por meio dos nossos mecanismos a existência de garantir este cumprimento de regras e transparência. Já falei que ela tem uma complementaridade com as demais Comissões e que busca essa sistematização dos processos. Senhores, tiveram oportunidade de ver dentro do nosso parecer ou dentro da nossa recomendação que a alteração estatutária prevê objetivamente e claramente as delimitações das competências dessa Comissão, o que *de per se* indica que ela vai trabalhar nessas áreas e não além delas. Então, a gente está falando das diretrizes relacionadas às melhores práticas de governança. Suponhamos os senhores, por exemplo, que você queira obter algum prêmio pela conformidade dos relatórios de prestação de contas que são prestados por este Conselho ou por esta enorme Instituição que é o Esporte Clube Pinheiros: A ABRASCA indica que são tais e tais diretrizes. Essa Comissão vai olhar e apresentar quais são essas diretrizes e orientar a forma com que essas devam ser elaboradas. Então, aqui existe a primeira competência estabelecida dentro do Regimento proposto. A ideia do monitoramento, do acompanhamento, da revisão de estruturas procedimentais, organizacionais. Análise dos processos e de violações. A promoção da cultura de integridade por meio da criação de um Código de Conduta Ética. Tenho muita coisa para falar para vocês, mas não vai dar tempo de falar tudo. O que queria mais explicar para vocês é um pouco dessa estrutura de qual é o papel real desta Comissão. Então, quando a gente trabalha dentro de uma estrutura adequada de governança, como falei para vocês, a gente trabalha três linhas de

defesa principais, defesas da organização, para quê? Para prevenir riscos, para prevenir problemas. Problemas a quem? Ao Clube evidentemente, ao descumprimento de normas. Então, a primeira e segunda linha de defesa, que são essas duas – Os primeiros quadradinhos cinzas – eles estão atualmente implantados dentro da Diretoria Executiva, é o que a gente chama dos controles internos, que são executados pela gerência, que são executados pela própria gestão de riscos na Área de Compliance, pela conformidade, até pelo sistema de gestão da qualidade. Nós temos hoje uma grande estrutura que funciona do Clube, que é maravilhosa e que já está implementada. Quando a gente propõe a ideia da Comissão de Governança – Que é esse quadro azul mais claro lá em cima – estamos propondo a ideia de uma supervisão por parte deste Conselho, que possa ter as informações de forma sistematizada e adequada daquilo que já está sendo implantado. Então, é muito mais uma ideia de comunicação entre esses órgãos e de sistematização entre eles do que propriamente de controle entre si, eles são complementares, não existe aqui uma interferência um nos outros, até porque isso seria contra o Estatuto, não é mesmo? Então, esta proposta que estamos colocando aqui seria da terceira linha de defesa dentro dos sistemas de governança – Para quem conhece, e acredito que muitos daqueles que participaram das reuniões sabem do que estou falando – é a ideia da supervisão, de um olhar de fora para aquilo que está acontecendo dentro da gestão executiva não como uma interferência, mas mais como uma prestação de contas, uma *accountability* como a gente chama, ou uma ideia de você conseguir ter a transparência daquele ato, que você é um mero representante legal. Afinal de contas, o maior regulador de todos nós aqui é o nosso corpo associativo e não outras pessoas. Nós somos meros representantes e atuamos com o dever legal de representar os interesses do Clube. Então, aqui temos uma ideia sistemática de como isso funcionaria. Vejam senhores, a primeira e segunda linha de defesa já estão hoje instruídas e implementadas no âmbito da Diretoria Executiva, nós temos uma área de gerenciamento de riscos, que é a Área de Compliance, nós temos vários departamentos por meio das suas Diretorias, cada qual com seu papel nos controles financeiros, nos controles operacionais, nos controles culturais e quaisquer que sejam de como operam. Isso aqui é a primeira linha de defesa. A segunda é um olhar que sistematiza e gerencia isso por meio de uma segunda esfera: as normativas, os acompanhamentos que hoje está centralizado na gestão de riscos. A gente quer aumentar e ampliar a competência e a governança do Clube trazendo a ideia de uma Comissão de Governança para este Conselho por meio da Comissão de Governança – Alguma dúvida? Ah, estou sendo chamada atenção para falar do aspecto vinculante. O aspecto vinculante ou vinculativo quer dizer o seguinte, o cumprimento das normas é obrigatório para todos os demais e já está adstrito a cada uma dessas funções. Então, eventualmente, Presidente, está havendo alguma confusão em relação a esse tema dentro da proposta, que pode ser simplesmente endereçado pela Mesa como proposta. Ou retirada ou suprimida, porque na realidade qualquer Comissão dentro do aspecto que atua está obrigada e adstrita às normas. A única que prevê, está vinculada única e exclusivamente os seus pareceres ao cumprimento da normativa é a própria Comissão de Governança, que assim prevê expressamente. De uma forma geral, aqui eu só coloquei aquela caixinha azul para deixar muito claro que a Comissão de Governança não está nem acima nem abaixo do Conselho Deliberativo, muito menos obviamente da Assembleia Geral, muito menos do Conselho Fiscal, que é, aí sim, um órgão regulador, previsto expressamente nos nossos ordenamentos. E aqui ao lado, paralelo digamos assim, a Diretoria Executiva. Então, aqui é só outra forma de a gente ver o que estava colocado no slide anterior.

...

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi (aparte) – ... Gostaria de saber por que a Comissão de Processamento e Julgamento não está adstrita à regulação e à revisão da governança e compliance, doutora, por favor?

Ana Carolina Gazoni – É que na verdade a Comissão é um órgão em apartado, a Comissão Permanente não é um órgão especial, como veiculado pelos nossos Estatutos, com o poder da Comissão de Julgamento. A Comissão Permanente de Governança não julga, não tem o poder de definição, não tem o poder julgatório e discriminatório, é uma Comissão de diretrizes, orientativa, opinativa. Ao passo que a de Julgamento vai avaliar *de per si* o mérito das grandes questões. Essa competência é regulamentada pelo nosso ordenamento como órgão em apartado. Tanto que você vê que nós temos ali outra caixinha.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha (fora do microfone) – Isso está previsto no Art. 64.

Ana Carolina Gazoni – Dra. Alessandra lembrou muito bem, que isso está previsto no Art. 64 do nosso Estatuto Social.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – O que está previsto, doutora?

Ana Carolina Gazoni – A CPPJ, Comissão de Processamento e Julgamento. Nós estamos alterando outro artigo.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Ok. Obrigada.

Ana Carolina Gazoni – ... Alguém tem mais alguma dúvida?

...

Maria Fernanda Vaiano dos Santos (aparte) – Aproveitar que a Vanessa fez uma pergunta que achei bastante apropriada. Estava lendo o parecer da Comissão Jurídica e me parece, com todo respeito aos signatários, que está havendo uma confusão sobre o que seria uma sobreposição das atribuições – Não sei como vai chamar, Comissão de Governança e Compliance?

Ana Carolina Gazoni – Comissão de Governança só, Compliance vai ficar na gestão executiva, doutora.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Porque assim, ao que me parece essa Comissão vai ficar atrelada, é um órgão atrelado à Diretoria.

Ana Carolina Gazoni – Fernanda, agradeço sua colocação. O parecer da Comissão Jurídica do Conselho, ela ficou preocupada com essa usurpação de um poder. Quer dizer, ela não vai ficar adstrita nem ao Conselho, é um órgão independente. Doutora, acredito que a Comissão Jurídica ainda vai se pronunciar a respeito.

André Guena Reali Fragoso (aparte) – Em nenhum momento a gente falou em usurpação de competência e sim uma sobreposição de competência, esse é o termo que a gente

usou. Só que como a Carolina falou, as propostas são muito coincidentes uma com a outra, por isso que até passei o tempo. É só colocar, na opinião da Comissão Jurídica para evitar, era criar um órgão de controle no Art. 20, colocando a governança. Só isso.

Ana Carolina Gazoni – Obrigada, André. Posso só fazer uma observação?

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Obrigada, Carolina e André.

Ana Carolina Gazoni – Obrigada, Fernanda. Acho que é muito importante isso que o André trouxe, Presidente da Comissão Jurídica, acho que existe uma grande confusão em relação a esse tema. A proposta da Comissão Jurídica e da Comissão Especial são coincidentes em 99% das questões, a única questão que difere aqui é de como isso será operacionalizado em termos de governança. Enquanto que a proposta da Comissão Especial cria uma ideia de uma Comissão Permanente, colocada aqui nessa caixinha – André, depois você poderá complementar se eu estiver equivocada – mas ao lado de uma Comissão Permanente, a proposta da Comissão Jurídica vem como um órgão em apartado. Então, ela viria, Fernanda e Vanessa, como um órgão fora desse tracejado, mas um novo tracejado, como um órgão de controle, assim a denomina. Então, são ideias distintas propostas em substituição. Contudo, senhores, se notaram bem, a proposta da Comissão Jurídica não altera a competência. Eu acho que o André vai falar sobre isso. Enfim, são formas distintas de ver, enquanto a Comissão Especial estudou o tema e entendeu que a melhor forma atual seria de fato ter uma Comissão Permanente que já está mais sólida, mais coerente, mais adaptável com a nossa estrutura em vigor, a Comissão Jurídica entendeu que talvez para funcionalidade fosse melhor ter um órgão em apartado. Isso nós vamos debater mais à frente, assim que terminar a exposição. Dr. Guilherme, pode ser?

Presidente – O seu tempo já terminou. Vou conceder mais dois minutos. Por favor, Conselheira.

Ana Carolina Gazoni – Desculpe, é a primeira vez que falo no Plenário, Presidente.

Presidente – Eu entendo, mas temos de respeitar nossas regras e a senhora, sabedora que devemos observar as nossas regras.

Ana Carolina Gazoni – Eu posso encerrar desde já, Presidente.

Presidente – Conselheira Carolina.

Ana Carolina Gazoni – Por mim está encerrado, uma vez que a norma terminou. Eu sempre respeito o tempo regimental.

Presidente – Muito obrigado, Conselheira Carolina. Consulto novamente o Presidente da Comissão Permanente Jurídica se quer fazer uso da palavra.

André Guena Reali Fragoso – Pode dividir o microfone? Boa noite. Parabênizos ao Presidente André Fiore que está assumindo, estou aqui pela primeira vez, então, parabéns e profícua gestão. A preocupação da Comissão Jurídica, ao contrário do que muitos estão colocando e me preocupou muito na última apresentação de terça-feira, que não é uma

proposta, uma combatendo a outra, um verdadeiro, como a Carol falou, um Fla-Flu. Não é isso. É uma tentando no aspecto da Comissão Jurídica o que ela entendeu melhor dentro do ordenamento do Clube. Não é se está correto ou não e a Comissão Jurídica não tem essa função de falar se está correto ou não. O que a gente colocou foi como criar, usando a mesma estrutura que a Comissão Especial, que fez um brilhante trabalho de quatro anos, desenvolveu um projeto adequado para o Clube, acho importante para o Clube ter isso. Têm as emendas supressiva e aditiva do Luiz Carlos também que a gente está se esquecendo de falar, é importante mencionar que é objeto de deliberação, a questão de remuneração daqueles que vão participar dessa Comissão ou Comitê, mas se será remunerado ou não, uma situação que tem de ser debatida, né, Luiz Carlos, estou certo? Não pode ser esquecida. Mas o único papel feito da Comissão Jurídica foi criar dentro daquele desenho, organograma que a Carol desenvolveu, é criar uma função diferente ali como um órgão de controle e podendo atuar ajudando o Clube na implementação do compliance. A gente colocou também uma situação diferente, que eram mandatos não coincidentes com a Diretoria nem com as Comissões Permanentes e muito menos a Presidência do Conselho exatamente para tirar o caráter político dessa Comissão ou Comitê. Então, eram essas breves palavras que queria falar, porque as propostas são coincidentes, por isso, para não ter problema tanto a Comissão Jurídica especialmente a Comissão Especial quer que esse projeto seja implementado.

Presidente – Muito obrigado, Presidente Fragoso.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues (aparte) - ... Acho que o aparte poderá ser para vocês dois, já que estão dividindo o microfone. ... Queria saber do entendimento das partes com relação ao seguinte. O projeto de alteração muda o Art. 103, agora há pouco falou-se da parte vinculante e é isso que queria um esclarecimento melhor. Como era antes, isso para todas as Comissões. Em resumo: Fazer recomendações ou sugestões ao Conselho Deliberativo e à Diretoria. Esse o papel das Comissões. No caso desta Comissão de Governança nós temos aqui na modificação o parágrafo 4º que diz o seguinte: Os pareceres da Comissão Permanente de Governança têm força vinculante no que tange ao atendimento dos requisitos normativos internos e de cumprimento dos ordenamentos do Esporte Clube Pinheiros. A pergunta é, diz que não há sobreposição, a própria Comissão Jurídica não tem esse poder nos seus pareceres de forma vinculante, terá então, portanto, a de Governança? Essa é a pergunta, é claro que todos têm de cumprir a legislação, não há dúvida disso, mas o poder que se dá à Comissão nesse sentido de nos seus pareceres ter poder vinculante com relação ao ordenamento é que eu gostaria de ter a informação de vocês, de como se dará isso, porque *dura lex, sed lex*, está na lei vai valer. A apresentação é boa, mas na hora de cumprir o que vale é o que está escrito.

André Guena Reali Fragoso – A Comissão Jurídica nesse ponto coloca que essa questão tem de ser submetida ao Conselho para deliberação.

Ana Carolina Gazoni – Evidentemente que tem de ser submetido ao Conselho, é uma Comissão Permanente do Conselho, essa é a primeira coisa. Segundo, que o artigo é claro no que diz respeito ao cumprimento das normativas. A ideia era simplesmente dizer que existe um órgão que atesta a qualidade da normativa em vigor, só. É evidente que todos aqui estão acostumados a cumprir normas. Estamos aqui para isso e observá-las, de forma que, Sr. Presidente, como sendo uma proposta da Mesa eventualmente trocar essa

palavra vinculante para vinculada. É uma Comissão vinculada à emissão de pareceres normativos para atestado das normativas em vigor.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Vinculada para vinculante muda muito. Muito obrigado.

...

André Franco Montoro Filho (aparte) – Vale para os dois. A minha observação é a respeito de algo que foi comentado aqui várias vezes pelos dois, pela Alessandra também, que a ideia de ser um ódio à política. Na verdade, este Conselho é político e está aqui exatamente para dirimir controvérsias, porque têm associados que falam: Interesse do Clube. Qual o interesse do Clube? Mais atividades culturais? Tem gente que acha. Mais atividades sociais? Tem gente que acha. Mais atividades esportivas? Tem gente que acha. Mais esportes aquáticos ou futebol? O que se tem na política é harmonização desses interesses criando o objetivo geral. Então, não gostei de dizer, por exemplo, que a Comissão, essa proposta não vai ter caráter político, vai ser por mérito. Acredito que todas as pessoas das Comissões têm mérito e são pessoas que o Conselho Deliberativo entende que tem mérito para exercício da função. E quem decide o mérito é o Conselho, somos nós, não é algo fora do sistema, um Deus assim que vende: Olha, você é bom, esse é ruim, esse não pode, esse aqui é político. Essa visão que acho importante se ter, não é somente de defesa, que acho que vicia num sentido oposto, como se fosse uma coisa técnica, quando na verdade o Clube e o Conselho precisam de mais atividade política no bom sentido, estabelecer quais são as prioridades do Clube, como falei: social, cultural ou faz a Festa Junina maior, menor, são coisas que não tem o certo.

André Guena Reali Fragoso – Mas continua sendo político, quem estará elegendo é o próprio Conselho.

André Franco Montoro Filho – Por que vocês insistiram tanto nessa definição que é diferente?

André Guena Reali Fragoso – Uma discussão que a gente tem há tempos é da eleição das Comissões Permanentes, de abrir para outras chapas para não ficar vinculado exclusivamente a determinada chapa.

André Franco Montoro Filho – Isso é outra coisa.

André Guena Reali Fragoso – Mas dentro do Conselho você cria certa discussão.

André Franco Montoro Filho – Isso é outra discussão que acho absolutamente certo, como em todos os legislativos do mundo as comissões sempre são proporcionais às diversas correntes.

André Guena Reali Fragoso – Mas é com esse intuito, não é uma ode à política. Pelo contrário, a Comissão ou Comitê, será discutido, tem um caráter político obviamente.

André Franco Montoro Filho – Então, pediria que em todas as disposições tivesse o cuidado de não colocar essa visão. Muito obrigado.

Ana Carolina Gazoni – Só fazendo um complemento ao que disse o André. Na realidade, a ideia de ser um órgão político do Conselho Deliberativo acontece e continua. O fato é que quando você distorce por meio de um interesse individual ou por meio de um interesse específico de determinado grupo aquilo que é melhor para uma organização a gente tenta equilibrar de outra forma. Então, acho que existe e sempre existirá a possibilidade, abertura de manifestação aberta dos seus pensamentos em qualquer âmbito deste Conselho. O que a Comissão de Governança procura...

André Franco Montoro Filho – Exatamente, o que eu acho...

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não pode haver debate.

Presidente – Conselheiro Montoro.

André Franco Montoro Filho – Ela entendeu mal o que eu falei. Você deu a ideia exatamente como se existem pessoas que têm más intenções, pessoas que têm boas intenções e que precisa equilibrar. Não existe isso, aqui somos todos iguais.

Ana Carolina Gazoni – Eu não falei isso.

André Franco Montoro Filho – Falou que precisa equilibrar.

Ana Carolina Gazoni – Não, o senhor entendeu dessa forma, sinto muito.

Cândido Padin Neto (aparte) – Permita-me um aparte? Primeiro, queria cumprimentá-los pelo trabalho, estive em algumas reuniões, estive na última. O Clube urge ter essa Comissão, necessitamos, o Clube está doente em várias situações e ela tem de ser implementada. Obviamente que com o tempo nós vamos poder fazer esses acertos e esta Comissão jamais poderá ser política, – Palmas – ela tem de ser independente, senão não há razão de ser, porque ela terá de ver a situação do Clube, ver essa fase 1, essa fase 2 e opinar, apenas isso, nunca essa coisa de vincular, mandar, fazer. Não. Então, está correto tudo isso, essa nossa discussão acredito que já foi aqui pelos dois, o Fragoso e você, já foi resolvido. Então, gostaria que vocês aprovassem e obviamente essa situação de pagar ou não vocês vão explicar. Quer dizer, são outros que virão de fora...

Presidente – Conselheiro, é um aparte.

Cândido Padin Neto – Também parabenizar e desejar ao Fiore, não pude fazer, é a primeira vez que venho, que tenha um bom...

Presidente – Conselheiro Padin, por favor, é um aparte.

Cândido Padin Neto – Agradeço, Presidente.

Presidente – Posso inscrevê-lo.

Cândido Padin Neto – Depois irei, esse era o aparte.

André Guena Reali Fragoso – Posso só falar?

Presidente – Pois não.

André Guena Reali Fragoso – Talvez tanto a Comissão Jurídica, especialmente a Comissão Especial, quero agradecer a possibilidade que V. Exa. deu na última terça-feira, da exposição, o debate dessa proposta e que essa discussão prévia possa acontecer com outras propostas também. Aqui não está, como a Alessandra falou, não tem discussão melhor proposta, A ou B, não é isso. E sim explicar o que é esta Comissão, o que é o Comitê de Governança, o que está sendo proposto no Clube como mudança, está bom?

Presidente – Certamente, Presidente Fragoso, essa é uma prática que vamos adotar daqui para frente toda vez que entendermos adequado e pertinente fazermos essas reuniões informais e prévias. Muito obrigado, Presidente Fragoso. Então, vamos aos inscitos.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – ... Rapidamente, pelo número de inscitos – Inicialmente cumprimentar o Presidente André Fiore, a Vice-Presidente Vera Catani, desejando votos de profícua gestão, simbolismo de um primeiro Atleta Benemérito Presidente do Clube, recebeu o bastão de um Atleta Militante que também chegou à Presidência, tem um simbolismo e também pelo fato de a primeira mulher exercer a Vice-Presidência do Clube. Tenho certeza que será não só corriqueiro se Deus quiser isso, mas um dia teremos uma mulher Presidente do Conselho, como já tivemos Vice, por que não Presidente mulher do Clube. Temos um universo de 200 Conselheiros e certamente temos mulheres em condições de exercer com muita competência a Presidência. Muito bem, Presidente. Trata-se aqui de uma proposta encaminhada por uma Comissão Especial muito bem formada por pessoas extremamente competentes, profissionais que entendem do assunto, então, quero aqui inicialmente render minhas homenagens a todos os Membros da Comissão Especial, Alessandra Bonilha, renomada advogada, Ademir Scarpin, Alberto Sansiviero nosso colega, Luís Alberto Figueiredo de Sousa. E fazer uma homenagem especial ao Felipe de Andreas Gomes, saudosa memória, meu particular amigo que infelizmente faleceu, que era uma pessoa profunda conhecedora do tema, foi Diretor da Fundação Florestal aqui no Governo de São Paulo. Muito bem, Presidente. A proposta da Comissão Especial recebeu algumas emendas, como foi dito aqui da própria Comissão Permanente Jurídica, que inicialmente colocou como substitutiva, mas foi recebido como modificativa. De fato, o é. Na terça-feira passada, como foi muito bem lembrado pelo Presidente da Comissão Permanente Jurídica André Fragoso, V.Sa. houve por bem e merece aqui realmente muitos elogios, franquear oportunidade para que esta Casa pudesse, os Conselheiros, as Conselheiras pudessem comparecer numa reunião prévia de apresentação do trabalho da Comissão Especial e da Comissão Permanente Jurídica, que fez uma emenda, para que a gente pudesse debater o assunto previamente e chegar justamente nessa reunião com uma convicção maior a respeito do tema. Tenho muita experiência nesta Casa, estou no meu 5º mandato e durante esse período eu conversei com várias pessoas. Foi dito aqui, nós temos o Colégio de ex-Presidentes da Diretoria e do Conselho que exerce uma função meramente consultiva de nos auxiliar. O que senti em conversa com Conselheiros de diversos grupos, ou seja, situação, oposição, independentes, ex-Presidentes, certa preocupação em relação à proposta que foi apresentada. Tenho uma preocupação pessoal minha, porque não me sinto confortável quando trata de uma proposta de institucionalizar uma governança no Clube, que nós já temos, como foi bem-dito aqui, nós temos uma governança no Clube – A própria Carolina Gazoni exerceu com muita competência essa função no âmbito da Diretoria – e o que a Comissão Especial propõe é institucionalizar isso criando uma Comissão Permanente.

Todavia, há uma dúvida em relação tanto à questão do caráter vinculativo das decisões, foi aqui muito bem explanado pela Conselheira Gazoni, também pela Alessandra Bonilha, mas conversei com vários Conselheiros e há uma preocupação. Pessoalmente me sinto um pouco preocupado e não confortável, falo por mim, de votar contra, rejeitar essa proposta. Acho e se perguntar aqui para a totalidade dos colegas Conselheiros eu tenho certeza que falar em governança e compliance no Clube todos são favoráveis, o problema é a forma. Há uma preocupação e ouvi de vários Conselheiros de eventualmente engessar a Diretoria etc., e isso me causou certa preocupação. E para evitar, Presidente, que essa proposta, e acho que é democrático, aqui não estou fazendo juízo de valor e policiar voto de ninguém, é uma Casa deliberativa é absolutamente democrático votar a favor, contra, mas gostaria de fazer uma reflexão e encaminhar já uma proposta à Mesa para ser apreciada por ocasião do início da votação, encaminhamento de votação. Como estou preocupado com uma eventual rejeição dessa proposta – Vamos ouvir agora os oradores – a minha proposta de encaminhamento seria, Presidente, seria para retirada de pauta, mas com uma condição. Retirada de pauta para a Comissão Especial, os Conselheiros que apresentaram emendas, notadamente a Comissão Permanente Jurídica e todos os seus Membros, o Conselheiro Luiz Carlos Junqueira que apresentou uma emenda supressiva e aditiva. Faço outra sugestão – O Presidente do Conselho é V.Sa., aliás, a exerce com muita competência – mas, Presidente, apenas à guisa de sugestão, de colocar aqui nesta nova, não digo Comissão, mas trazer a experiência de quem já ocupou a Presidência da Diretoria e Presidência do Conselho, um ou dois ex-Presidentes da Diretoria, um ou dois ex-Presidentes do Conselho para auxiliar e tentar cotejar todas as propostas apresentadas e verificar se seria possível apresentar uma proposta que não causasse um desconforto, como eu sinto que hoje existe.

...

Roberto Cappellano (aparte) – Só uma colocação. Acho que nesta Comissão, que o senhor está propondo para retirada de pauta, acho importante que na Comissão Especial criada, infelizmente o que aconteceu não tinha nenhum Diretor que tenha passado pela Diretoria: era a Bonilha que é Conselheira, Luis Alberto que ainda não foi Diretor.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: O Luís Alberto foi Diretor da Comissão Financeira.

Roberto Cappellano – Foi um pequeno período, exatamente isso que estou falando. Enfim, minha ideia é muito parecida com a sua, porque falo muito sossegado aqui, porque eu que comecei com o negócio de governança, eu que trouxe a KPMG e acho que é um assunto que a gente tem de implementar no Clube, ninguém é contrário à implementação, mas tem de implementar certo, não podemos implementar errado. Então, acho que é importante essa discussão. Acho que a Comissão pode ser enriquecida, como a Conselheira Bonilha falou, foi convidado o Colégio de ex-Presidentes. Os ex-Presidentes colocaram sugestões que infelizmente não foram acatadas. Do Arlindo não foi acatada, estava o Toni Moreno, eu estava, estava o Manssur e elas também não foram acatadas. Então, acho importante, para enriquecimento desse trabalho, para a gente poder alcançar o melhor para o Clube, que tenho certeza absoluta que ninguém aqui é contra a governança, compliance do Clube, mas a gente precisa fazer da forma certa. Então, me solidarizo a sua proposta de retirada de pauta e na sua proposta colocada para voltar o quanto antes aqui é importante que tenham Diretores que já tenham passado...

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Ex-Presidentes.

Roberto Cappellano – Aqui, só para finalizar e terminar meu aparte, é o seguinte, quem não passou não sabe da dificuldade de fazer uma previsão de viagem, qual é a dificuldade para comprar um produto, como você faz para soltar uma obra aqui dentro do Clube, como é para ter algum problema interno da ética. Então, são tantos assuntos que vão passar por isso que é importante enriquecer esta Comissão. Então, me solidarizo com sua proposta, evidentemente para não rejeitar, que se for rejeitada não poderá voltar para cá e a gente vai perder mais tempo ainda, não vai conseguir evoluir e a gente precisa evoluir. Só queria me colocar dessa forma, Cardia. Muito obrigado.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Obrigado, Presidente. Quero só fazer um adendo, foi bem lembrado pelo Presidente Cappellano, de que se esta Casa rejeitar a proposta nós temos de lembrar, por exemplo, o Art. 60, da Constituição Federal, parágrafo 5º, salvo melhor juízo, que fala que uma proposta de emenda, no caso a Constituição, mas aqui a gente aplica subsidiariamente, se ela for rejeitada só poderá ser na sessão legislativa seguinte. Sessão legislativa é anual, não é legislatura. Legislatura é de quatro anos, sessão legislativa é anual, portanto, se esta Casa rejeitar uma proposta como essa somente no ano que vem. Não me sinto confortável que a gente rejeite esse tema e como foi bem colocado pelo ex-Presidente Cappellano, acho que quem passou pela Presidência, pela Diretoria, por isso que sugeri também que ex-Presidentes da Diretoria principalmente, mas também do Conselho, por que não, possam auxiliar para que a gente possa elaborar uma proposta – Aproveitando aí a nomeação do novo técnico da Seleção Brasileira, é uma linguagem futebolística – trazer a bola mais redonda para cá para que a Casa vote de forma mais confortável.

Roberto Cappellano – Presidente, só um esclarecimento. Como é uma proposta que altera nosso Estatuto precisa do quórum qualificado para ser aprovada. É importante falar, porque a chance de ser aprovada diminui muito, porque a gente precisa de pelo menos o número do nosso quórum mais 1. Ou seja, 109 Conselheiros. Quantos estão presentes?

Presidente – 174 assinaram a lista.

Roberto Cappellano – Agora deve ter uns 130, 140.

Presidente – Na última votação foram 131 votos.

Roberto Cappellano – Ou seja, se 40 Conselheiros, 40 não, 25 votarem contra já não aprova isso. Então, é importante também, para quem está chegando, saber como funciona o rito do Conselho. Se tivermos 140 e 25, 25 não, 31 votar contra não vai aprovar a proposta, aí somente no outro ano. Então, é importante colocar isso, Conselheira Alessandra Bonilha, porque é um assunto que é importante ter esse pleno da Casa, porque senão vai ser muito difícil de aprovar por causa dessa mudança estatutária, que foi inclusive feita pelo Dr. Manssur na época que eu era Presidente do quórum qualificado para o Estatuto. Só isso que queria acrescentar. Obrigado.

Cândido Padin Neto (aparte) – Cardia, o que verifico é começarmos a querer mudar o cerne da situação. Então, acaba a Diretoria se impondo nas questões que ela acha que

seria benéfica para ele e tentar mudar tudo isso e a independência desta Comissão. Então, me preocupa nisso, vamos colocar, enxertar esse, aquele, aquele, começa mudança de tudo. Como nós viemos aqui e votamos que a lei dos pequenos partidos não pode mais, a lei de votação disso e isso pode ser colocado também nessas Comissões. Acabamos com isso e me preocupa muito, porque esta tem de ser uma Comissão independente para verificar os erros que estamos cometendo e não colocarmos debaixo do tapete todos esses erros que estamos cometendo, é isso que me preocupa.

Presidente – Conselheiro Cardia, gostaria de fazer alguma consideração?

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Não.

Presidente – Conselheiro Roque gostaria de fazer um aparte?

Roque Antonio Horta de Ferreira Mendes (pela ordem) – Pela ordem, fazer um pedido à Presidência. Foi falado aqui de quórum e notei que na última votação teve 134 votantes, alguma coisa assim. Queria saber se o Conselho pode divulgar-nos, até pela questão de transparência, estamos falando aqui hoje de compliance etc. e tal, como transparência se o Conselho pode publicar no dia seguinte, na segunda-feira, quantos Conselheiros pegaram a maquininha, quantos devolveram e que horas devolveram, porque vir aqui, assinar e devolver a maquininha. Então, é muito bom para o Clube, para quem está nos assistindo pelo YouTube e para o sócio saber quem vem para cá e quem fica aqui até o final. É muito importante, que têm 200 e tantos Conselheiros e hoje tem 130. Cadê essas 80 pessoas? Estão fazendo o quê da vida? Fica pedindo voto no dia da eleição, mas não vem no dia que precisa trabalhar.

Presidente – A Conselheira gostaria de fazer um aparte?

Marcia Jahnel Passoni – Presidente, ratificando o que o Conselheiro falou antes de mim, quero pedir para ter voto nominal.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Obrigado, Presidente.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos Junqueira, por favor, V.Sa. tem a palavra, em seguida o Conselheiro Renan Poli e Marco Antonio Geretto.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Boa noite novamente. Vou aproveitar agora este momento para cumprimentar o Presidente Fiore e agradecer ao Presidente Brazolin pela gestão. Por que faço isso agora, já que é minha segunda fala? Porque pensando nesses dois Presidentes da Diretoria e neste momento de transição eu gostaria de propor aqui uma reflexão sobre como está cada vez mais difícil gerir este Clube. As causas são muitas e não diz respeito apenas a aspectos da nossa Instituição, como aumento de frequência frente a uma estrutura que tem espaço limitado, essa questão das filas etc. O mundo de uma forma geral está mais complexo, está com mais especificidades e mais necessidades especialistas e isso é um dado da realidade, acredito que seja inexorável. Diante disso, por mais que o novo Presidente, assim como o Presidente do Conselho só faça escolhas corretas, o desafio da condução do Clube e solução dos conflitos são gigantescos. E aí que entro no tema, por quê? Para fazer frente a esses desafios precisamos ir além de torcer e confiar para que essas duas figuras de frente, Presidente do Conselho, Presidente da

Diretoria estejam sempre corretas e iluminadas. Nós precisamos discutir o modelo institucional do Clube e propor seu aperfeiçoamento com foco em tornar essa estrutura aqui que todos nós fazemos parte mais eficiente. A proposta de hoje está nesse contexto de aperfeiçoamento das estruturas e representa uma ferramenta muito importante para o nosso processo decisório, dos Conselheiros. A proposta original visa criação de uma Comissão com foco em governança, como foi muito bem exposto, ela decorre de um trabalho exemplar de uma Comissão criada para essa finalidade. Convocou diversas reuniões e audiências prévias para ouvir Conselheiros e esclarecer dúvidas. Publicada a proposta, eu tive oportunidade de fazer emendas, cujos detalhes poderão ser tratados mais adiante quando esse assunto vier à tona. Adianto apenas que o ponto principal das minhas emendas foi expandir o escopo da Comissão para que ela não tratasse apenas de governança. Se bem que também isso está incluído em governança, mas para ficar claro que ela vai tratar de todos os pilares daquilo que nós chamamos de ESG, ou seja, governança, sustentabilidade ambiental e social. A estrutura atual das Comissões não compreende esses temas e sua inclusão, ela não vai trazer uma sobreposição com nenhuma das Comissões existentes, vai haver uma intersecção. E essa intersecção é o que já existe quando uma obra é apreciada pela Comissão de Esportes, Jurídica, Financeira, de Obras e assim vai. Então, na verdade você vai somar uma Comissão. Essas intersecções são benéficas, pois temas que são multidisciplinares por essência requerem uma abordagem multidisciplinar. Não adianta aprovarmos uma obra de engenharia fantástica se ela não atender a condições de zoneamento, aí simplesmente ela não vai sair do papel. A preocupação em relação à necessidade de suporte técnico e adequado para o processo de votação deste Conselho não deveria ser uma eventual redundância pontual. Mas ao contrário, quer dizer, a gente não tem sobreposição e relevância. Mas o contrário, a falta dessa Comissão que se propõe traz um buraco, está trazendo uma lacuna aqui no Clube. A criação desta Comissão visa exatamente suprir essa lacuna. E nesse ponto eu não tenho dúvida que, em primeiro lugar, o ESG é um tema relevante e aderência a boas práticas é um fator cada vez mais decisivo para uma boa gestão, inclusive captação de recursos externos, Lei de Incentivo ao Esporte. Quer dizer, a gente precisa de aderência à boa prática e aderência ao ESG, isso vai nos trazer benefícios. O segundo tema. As Comissões hoje existentes não atendem satisfatoriamente as demandas crescentes de governança, sustentabilidade e inclusão. Vou aqui dar dois exemplos práticos de votações recentes sem o devido suporte de um corpo técnico de ESG e Governança. O primeiro deles, os senhores devem se lembrar há alguns meses, a rampa que foi incluída na obra da pista. Foi uma votação recente no Conselho e que o projeto original não contemplava a rampa, eu precisei falar e mencionar esse ponto aqui. É uma demanda de acessibilidade essa segunda rampa e também fala sobre melhores práticas de engenharia, obras e questões legais. Então, teoricamente essa questão da segunda rampa poderia ser abordada tanto pela Comissão de Obras quanto pela Comissão Jurídica, mas não foi. Por quê? Porque essas Comissões têm uma abordagem talvez um pouco mais específica, um pouco mais formal. Então, em nenhum momento isso foi visto. Isso surgiu quando? Aqui no Plenário e onde se apontou essa omissão. Essa falha foi corrigida na própria votação, mas de maneira, vamos dizer aqui, improvisada. Eu apontei em Plenário, o Diretor a refutou, mas a intervenção de muitos Conselheiros e aqui eu faço principalmente menção especial ao Dr. Manssur, fez com que incluíssemos essa rampa de última hora. Na ocasião contamos com o conhecimento e a iluminação do Dr. Manssur, mas não é sempre que será possível corrigir falhas dessa forma, sem o amparo de um órgão técnico. Outro exemplo, mas esse sem um final feliz, ocorreu há um pouco mais de tempo, na aprovação da reforma do teto da Escola Tia Lucy. Naquela ocasião, o Conselheiro Novaes sugeriu que aproveitássemos a

obra para instalarmos células fotovoltaicas no teto para captação de energia solar. Uma pauta evidente de sustentabilidade. Novamente, nenhuma Comissão havia feito essa sugestão, pois nenhuma delas tem por objeto tratar de sustentabilidade. Adoção dessa sugestão demandava estudos e custos de viabilidade e ela não pôde ser adotada no Plenário. Então, naquela ocasião, senhores, nós perdemos uma oportunidade por falta de um corpo técnico. Esses foram só dois exemplos, quantas outras votações poderiam ser melhores encaminhadas, com parecer sobre melhores práticas de governança, sustentabilidade e inclusão. Quantas discussões, dúvidas e pedidos de retirada de pauta poderiam ser evitados aqui neste Conselho se houvesse essa Comissão, se houvesse esse aprimoramento institucional. Então, rogo a todos agora que nós não percamos essa oportunidade de aprimorar as nossas instituições. Eu acho que essa questão de vinculante gerou certa dúvida, mas pelo visto acho que vai haver uma emenda, vamos trocar pela vinculada e fica muito mais claro do que se trata. Evidentemente essa Comissão não é uma panaceia, mas é um instrumento importante para caminharmos para uma mudança institucional. Foram levantadas aqui essas discussões sobre a Comissão ficar no Conselho, em um órgão próprio que seria o Comitê. A composição e forma de votação de seus Membros, o terço do ordenamento e a possível remuneração de integrantes profissionais. Em relação ao primeiro ponto, aqui vou só adiantar minha posição, sou favorável que a Comissão fique no Conselho, integrando, digamos assim, o ecossistema desta Casa, até por conta dessa questão, esta Casa é política, a Comissão é política, ninguém aqui odeia política, a gente quer realmente integrar. Segundo, porque com todos os defeitos e críticas que podem ser feitos a esta Casa, aqui o Conselho é o órgão mais transparente e democrático deste Clube. A nossa sessão está aberta aos associados, as nossas reuniões são transmitidas, as nossas atas são publicadas e as nossas decisões não são tomadas a portas fechadas. Por conta disso é melhor que este Conselho abarque a Comissão e que não se crie um órgão próprio, porque eu poderia citar muitas dúvidas sobre o funcionamento do órgão próprio, sobre o acionamento do órgão próprio. Além disso, este Conselho conta com procedimentos bem definidos e um corpo funcional muito competente. Nós vamos integrar a Comissão a essa estrutura, aproveitando tudo aquilo que funciona bem nesta Casa em vez de se criar um órgão novo do zero. Sobre a composição e a votação dos Membros, ela difere das outras Comissões, mas também se preocupa com especialização e proporcionalidade. A questão do currículo já existe. Quer dizer, eu como Bacharel em Direito jamais vou poder integrar a Comissão de Obras, não tem condições. ... Nas demais Comissões vigora o conceito do vencedor leva tudo, pois elegemos o Presidente e ele tem a prerrogativa de nomear outros Membros. Eu acredito que essa forma de votação devia ser reformada para as demais Comissões. E a forma que está sendo proposta aqui é a mais correta. Sobre os textos legais e remuneração, eles são objeto de duas emendas que podem ser apreciadas à parte e negadas se for o desejo da maioria, são questões acessórias a questão da remuneração. Então, não gostaria que isso se tornasse uma celeuma, porque não é, isso é algo que pode ser discutido oportunamente por ocasião da apresentação das emendas. Por conta disso, já adianto o meu posicionamento integralmente a favor da Comissão e com a emenda que propus, principalmente a emenda para se deixar muito claro que tudo que diz respeito a ESG, inclusão, diversidade, acessibilidade, sustentabilidade vai ser objeto desta Comissão. Muito obrigado, senhores.

Renan de Freitas Poli – ... Vou procurar em homenagem à celeridade não reiterar os pontos dos Conselheiros que me antecederam, mas entrar um pouco aqui no mérito do que seria o desconforto que foi colocado tanto na apresentação que foi feita aqui,

aproveito para parabenizar a iniciativa, foi muito importante a gente ter essa reunião na semana passada de apresentação de ambas as propostas. Neste momento que entendi que a gente realmente precisava tratar de algumas questões mais problemáticas, eu cheguei até a desenhar o que seria uma redação que superaria esses problemas, mas como a gente tem na questão regimental o prazo de no máximo 72 horas antes a gente apresentar um substitutivo e a matéria é densa eu achei que não seria por bem querer tratar disso dessa forma. Assim, primeiramente, com relação ao projeto que veio da Comissão, evidentemente que aqui tem muita informação sobre o processo de construção desse tema para ser introduzido aqui e é óbvio que estamos atrasados endereçar vários desses temas de forma qualificada aqui no Conselho. Eu acho que o Conselheiro Junqueira colocou muito bem aqueles exemplos, então, como é que a gente tem um olhar qualificado aqui no Conselho sobre o tema da acessibilidade, sobre o tema da sustentabilidade. Hoje as Comissões existentes, que são muitas. Temos nove Comissões. Tirando a CPPJ e a Sindicância que têm funções um pouco distintas, as demais têm esse papel raiz desse órgão que está definido em nossa estrutura normativa. Senhores Conselheiros, a gente faz governança aqui neste Clube há aproximadamente 83 anos. É claro que a gente não trata desses temas modernos aqui, mas a gente tem o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, realiza auditorias regularmente, aprova contas. Todo esse universo é governança. Então, não é que a gente precise implantar a governança, a gente pode e deve melhorar a nossa governança aqui em nossa comunidade de acordo com as nossas regras do Estatuto. Se não são suficientes, a gente as muda um pouco. Entendo que tem muita coisa que a gente tem interesse em discutir, em se atualizar, mas a meu ver quando esse projeto coloca, salvo engano 13 competências para esta Comissão. Por mais que o desejo genuíno seja de que a gente não tem um órgão com superpoder, quando a gente vê o que se modifica aqui, na prática enseja essa possibilidade. E aí vou tratar esses pontos especificamente. Parágrafos 3º e 4º, que estão sendo modificados na proposta original, do Art. 102, eles são novos e específicos para a Comissão de Governança, diferente das demais Comissões Permanentes. Então, já se inclui aqui a possibilidade de solicitar informações sobre o andamento de procedimentos disciplinares abertos no Clube nas suas respectivas esferas de processamento e julgamento. Então, assim, é uma Comissão que faz diligência para outra Comissão? Como é que isso vai funcionar? Porque se a gente quer uma boa governança, com pesos e contrapesos, com diálogo que flua, que a gente possa melhorar continuamente, será que isso é um passo para melhorar ou para criar um ruído? Assim, talvez esse o desconforto de outros com relação a algumas dessas propostas aditivas aqui. Os pareceres têm força vinculante, já foi falado aqui, então, é o parecer vinculante no que tange a atendimento de requisito. Então, assim, a gente está falando de forma principiológica ou a gente está dizendo que: Olha, senão tiver uma rampa – Tudo bem, tem a lei de acessibilidade que diz que tem de ter – Mas vamos tirar esse lado e pensar no que a gente está propondo para a Comissão. Vai ter um parecer vinculante que diz o quê? Que então não pode ir a Plenário, para este Conselho deliberar? Assim, essa é uma possível interpretação do que está escrito aqui, não estou distorcendo.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Conselheiro, por favor. Essa questão do vinculante não foi superada? Quer dizer, já não tem uma emenda de Mesa dizendo que vai substituir vinculante pelo vinculado?

Renan de Freitas Poli – Conselheiro, ainda não tinha concedido o aparte,...

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Perdão.

Renan de Freitas Poli – ...mas estou traçando minha lógica, assim como traçou a sua, inclusive eu disse que concordava com algumas questões. Mas estou dizendo em segurança do corpo do texto como um todo, então, estou passando esses pontos no meu tempo aqui. Aí o Art. 115-b vai falar assim, tem a competência de emitir parecer, OK. Monitorar as regulamentações externas. Identificar e apresentar informações consolidadas. Prestar contas. Opinar sobre processo de contratação de auditor. Supervisionar mapa de riscos. Elaborar Código de Ética. Emitir diretrizes. Propor revisões. Avaliar continuamente as estruturas. Promover a cultura ética. Assegurar recursos – Não estou lendo a integridade de cada um desses itens, porque estou prezando aqui pela objetividade e respeitar o tempo regimental – mas a gente tem aqui 13 competências para essa Comissão, que a deixa bem diferente das demais Comissões. E cada uma dessas competências e o verbo utilizado por ela têm implicações para funcionalidade e governança da Casa. Como o Conselheiro Cardia tinha colocado aqui, não gostaria de forma alguma de deixar de ter uma Comissão que trate todos esses temas, que são muito importantes. Não gostaria que a gente rejeitasse isso e tivesse de discutir somente no ano que vem. Por isso o meu encaminhamento, Sr. Presidente, é no sentido de que a gente retire de pauta com uma proposta de prioritariamente isso voltar, assim que sair seja da Comissão Especial de Revisão do Ordenamento, que é a origem desse processo ou com a criação de uma específica, de acordo com a sugestão do Conselheiro de incluir outros Membros com notório saber. Muito obrigado.

Cândido Padin Neto (aparte) – ... Sou contrário totalmente a isso que você disse e é esse o meu medo. Da mesma forma que falei para o Cardia, lhe digo, isso tudo que você falou é o meu grande medo, de se mudar tudo, de uma coisa maravilhosa, digna, transparente que nós estamos tentando fazer aqui no Conselho. Você dizer que nós temos aqui auditorias permanentes, me diga uma? Não temos nenhuma.

Renan de Freitas Poli – Eu não entendi a sua pergunta.

Cândido Padin Neto – Você falou que nós temos auditorias permanentes. Aonde?

Renan de Freitas Poli – Eu não disse isso, Conselheiro, eu estava lendo...

Cândido Padin Neto – Eu estava escutando, por isso vim. E várias outras, essas 13 que você falou. Então, peço a todos vocês, vamos trazer dignidade, transparência...

Presidente – Conselheiro Padin, por favor, vamos manter aqui o respeito.

Cândido Padin Neto – Por isso estou dizendo, o senhor me diga então. Muito obrigado.

Presidente – Conselheiro Padin, vamos nos ater aos nossos Regimentos e respeitar as nossas normas internas aqui. Por favor, Renan, gostaria de fazer algum pronunciamento a respeito?

Renan de Freitas Poli – Assim, eu li, essas 13 competências estão na proposta, no Art. 115-b. Fui interrompido àquela hora, vou só falar 30 segundos do por que não da proposta da Comissão Jurídica. Ela entendeu que para viabilizar todas essas questões

precisaria se criar um novo órgão, só que é o Comitê de Governança que tem uma função de controle e você atualiza isso pelo Art. 20, do Estatuto. Só que quando você faz isso deixou de ter esses temas debatidos dentro do Conselho, que é onde está faltando. A Diretoria, por ato de gestão pode ter uma Diretoria Adjunta, pode ter uma assessoria de compliance, alguém para olhar governança, enfim, isso daí está dentro do órgão executivo do Clube. Aqui a gente não tem. Se a gente cria esse órgão híbrido, esse Comitê de controle fora continua não tendo esse tema de forma orgânica, natural sendo tratado aqui dentro desta Casa. É isso.

Marco Antonio Senise Geretto – ... Não tenho a formação jurídica dos que me antecederam, mas tenho conhecimento da diferença entre governança e compliance. Os dois conceitos são complementares, mas são totalmente distintos. Quando a gente fala em governança está falando de um conjunto de regras que orientam com que forma este Clube será dirigido, administrado e tendo como foco o relacionamento entre nós associados, Conselho, Conselheiros, enfim, como funciona o Clube de uma maneira geral. Quando falamos em compliance é o conjunto de procedimentos e políticas para assegurar que a nossa empresa Esporte Clube Pinheiros esteja de acordo com as leis, regulamentos e normas internas e externas. O objetivo do compliance é evitar riscos legais, riscos éticos, reputação e tudo mais. Portanto, o foco do compliance é prevenir, evitar fraude, evitar corrupção, evitar lavagem de dinheiro e tudo mais. Portanto, governança é como é o Clube dirigido e compliance como serão cumpridas essas leis. Em síntese, eu entendo que quando falamos em governança estamos falando não no Regimento do Conselho, mas como a Diretoria trabalha. Quais são as funções dos Diretores. Quando falamos em compliance, inclusive a Diretoria tem o órgão de compliance, ela está verificando como são feitas essas regras. Muito bem, se nós queremos ter no Conselho uma Comissão, um Comitê ou qualquer coisa que seja que complete isso é inevitável que nós tenhamos de ter pessoas da Diretoria participando desta Comissão, porque a expectativa, a experiência, a forma com que isso pode ser feito de alguma maneira acaba sendo diferente. O Pinheiros é uma empresa poliesportiva, onde são administrados com responsabilidade sem fins lucrativos. A governança e o compliance, embora sejam mais ou menos parecidos, são totalmente diferentes, um determina a norma, como será feito e outro vai identificar como foi feito. Portanto, vim aqui propor para que isso fosse refeito, mas acho que a proposta do Cardia é excelente. Vamos nos reunir de novo, pegar pessoas especializadas, pessoas que realmente conheçam cada uma das Áreas. Traz Diretores, dois ex-Presidentes do Conselho para que isso possa ser feito corretamente. Acho que faltou alguma coisa no sentido de dizer o que o Conselheiro faz, que somos responsáveis pelas normas. ... O que o Conselho faz, qual a função do Conselho, qual a função da Diretoria. Eu acho que nós estamos misturando um pouco. Esta Comissão está com poder muito forte. Vocês vejam que o Dutra levantou um problema de uma palavra que modifica tudo. Então, vamos nos sentar, rever, reler o que foi escrito e fazer de novo, não tem problema nenhum. Por isso que acho que voltar um pouco, repensar vale a pena. É isso aí.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha (aparte) – ... Em primeiro lugar, eu acho que você falou um ponto: Nossa, nós precisamos de pessoas especializadas para fazer esse trabalho. Puxa vida, fiquei pensando, acho que devo ser a pessoa menos qualificada daquele grupo. Aqui está o Alberto – Alberto, queria que falasse seu currículo de especialidade em governança e compliance, o currículo dele com essa especialização. A Ana Carolina Gazoni há 20 anos que trabalha com governança e compliance. O Luís Alberto, nosso atual Diretor Financeiro, Conselheiro de empresa de capital aberto. E o

Scarpin também Conselheiro – Então, fico pensando aqui: Coitadinha de mim, uma mera advogada que só escrevi livros. Acabei de ir à FIESP publicar a minha 13ª publicação sobre governança e compliance na segunda-feira. Coitada de uma advogadinha que perto dos meus colegas só contribuí. Mas isso aqui é porque a gente não entende nada.

Presidente – Conselheira Alessandra, qual é o aparte, por favor?

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – O meu aparte é o seguinte. Você falou bem, agora, te pergunto: Olha o Art. 64 e me diga qual é o poder de uma Comissão? Você deve ter lido.

Marco Antonio Senise Geretto – Li, claro.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – E a gente também propôs aqui para suprimir o tal do vinculado. Mas, por favor, qual é o poder desta Comissão?

Marco Antonio Senise Geretto – Da sua Comissão?

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – Minha não, porque isso aqui é uma proposta.

Marco Antonio Senise Geretto – Pelo que está escrito lá vocês têm poder, inclusive o Conselheiro que me antecedeu, de interferir inclusive na Comissão de Sindicância.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – De jeito nenhum.

Marco Antonio Senise Geretto – Mas está escrito.

Ana Carolina Gazoni (aparte) – De forma nenhuma. Com licença, só queria fazer um esclarecimento breve. Que a Comissão proposta pela Comissão Especial não é nossa Comissão, Conselheiro, é uma Comissão feita para o Clube. É muito importante esclarecer isso, porque é um órgão de governança.

Marco Antonio Senise Geretto – Mais um motivo, sendo um órgão de governança, voltamos ao esclarecimento que falei no começo. Governança é um órgão responsável pelas formas com que você dirige a empresa.

Ana Carolina Gazoni – Exatamente, quem dirige o Esporte Clube Pinheiros, Conselheiro?

Marco Antonio Senise Geretto – A Diretoria.

Ana Carolina Gazoni – A Diretoria dirige o Conselho?

Marco Antonio Senise Geretto – Não.

Ana Carolina Gazoni – E o Conselho faz o quê?

Marco Antonio Senise Geretto – O Conselho é o órgão consultivo desta Diretoria.

Ana Carolina Gazoni – E uma Comissão Permanente é?

Marco Antonio Senise Geretto – Um órgão consultivo, mas não é como vocês colocaram, pelo menos não foi como eu entendi e como alguns Conselheiros entenderam, talvez a maneira como as coisas foram colocadas, a maneira como as coisas foram explícitas não é o que você está dizendo.

Ana Carolina Gazoni – Só fazendo um pequeno aparte. Como governança do Clube, uma Comissão Especial intitulada com poderes para estudar a matéria e fazer uma proposta de alteração estatutária para deliberação deste Conselho é o que em governança?

Marco Antonio Senise Geretto – Eu não entendi o que você quer dizer, desculpe.

Ana Carolina Gazoni – Eu imagino que não, Conselheiro, porque é exatamente o que a governança do Clube está fazendo aqui hoje.

Marco Antonio Senise Geretto – Não estou entendendo. Vocês estão determinando normas. Veja bem, talvez eu não tenha sido bem claro.

Ana Carolina Gazoni – Não, Conselheiro, nós estamos propondo uma deliberação.

Presidente – Conselheira Carolina, não há debate, por favor.

Ana Carolina Gazoni – Perdão.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Gostaria de fazer uma pergunta, porque senão me engano no corpo da proposta existe a previsão de que será feito um Regimento num prazo de um ano.

- **Manifestação de Conselheiro no plenário: Três meses.**

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Três meses.

José Manssur (fora do microfone) – Já está feito.

Marco Antonio Senise Geretto – Está feito esse Regimento.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Então, perdão.

Marco Antonio Senise Geretto – Conselheiro Junqueira, na sua apresentação falou do ESG, que talvez seja interessante também ser complementado nisso e não está complementado nesta Comissão. Por isso que vejo que esta Comissão precisa repensar alguma coisa. O Conselheiro Montoro que me antecedeu também falou em político. Nós somos políticos aqui, Ana Carolina, então, nós temos de entender que não estamos engessados, nós temos de fazer com todos juntos. Acho que a posição de um ex-Presidente tem de ser ouvida, tem de ser ponderada. Quando estamos preocupados em trazer gente de fora para fazer parte do compliance, nós temos de também pensar em pessoas aqui dentro que são mais conhecedores profundos. Não queria debater com a senhora.

Ana Carolina Gazoni – Não, só pediria, por gentileza, Dr. Guilherme, que esclarecesse que os Presidentes foram consultados.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha (fora do microfone) – Foram todos consultados.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Só uma complementação. Fiz uma emenda justamente prevendo que se acrescentasse a questão da, para que se esclarecesse na verdade a questão da sustentabilidade e do ESG. Na verdade, é a emenda aditiva.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda (aparte) – ... Tudo que ouvi o senhor colocar aqui, inúmeras vezes o senhor diz que ex-Presidentes etc. deveriam ser consultados. Esse trabalho está sendo realizado há dois anos com inúmeras audiências públicas. Então, acredito que todos os ex-Presidentes que são diuturnamente vistos aqui no Clube sabiam disso, então, por que eles não se interessaram por participar disso ao invés de vir hoje, que é o dia da votação, descer o porrete aqui? O sócio não quer mais isso. Vocês têm de entender uma coisa, só para terminar, o sócio não quer mais ouvir a questão de ex-Presidente. Aqui tem um monte de Conselheiros bem-intencionados, capacitados, como esta Comissão toda.

Marco Antonio Senise Geretto – Eu não tenho a menor dúvida disso.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Chega dessa conversa de ex-Presidente, já cansou isso, por favor. Muito obrigado.

Marco Antonio Senise Geretto – Só gostaria de responder – Qual o nome do Conselheiro?

Presidente – Paulo Paradedda.

Marco Antonio Senise Geretto – Paulo Paradedda, você deve conhecer melhor do que eu pela própria experiência que o que estou falando tem sentido. Por isso nós temos de pegar a parte executiva e a parte legislativa, só isso. É difícil? Só isso.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Geretto.

Paulo Sergio Machado Izar – ... Venho à tribuna para defender a implantação da Comissão Permanente de Governança no âmbito do Esporte Clube Pinheiros. Esta proposta não representa apenas mais uma estrutura administrativa – ela é, sobretudo, um marco de amadurecimento institucional, alinhado às melhores práticas de governança, ética e transparência que hoje são exigidas de qualquer organização séria e perene. Permitam-me destacar, de forma objetiva, os principais benefícios e diferenciais dessa Comissão, pois não sei se todos tiveram tempo para analisar o vasto material disponibilizado ou participado das reuniões prévias. Primeiro: a composição técnica e independente - Essa Comissão não será composta apenas por membros internos. Contará com dois membros externos e independentes, não associados, escolhidos com base em notória especialização e qualificação em governança corporativa e compliance. Isso assegura isenção, profissionalismo e imparcialidade nas análises e decisões, blindando o clube de interesses políticos ou pessoais. Segundo: a contribuição direta para a transparência administrativa - A Comissão terá obrigação de emitir relatórios periódicos ao Conselho Deliberativo, com indicadores de compliance, riscos identificados e medidas

corretivas. Também será responsável por definir diretrizes para os relatórios anuais da Diretoria, garantindo que sigam padrões reconhecidos no mercado, como IBGC, GRI e ABRASCA. Isso significa que o corpo associativo terá acesso a informações claras, estruturadas e auditáveis. Terceiro: autonomia e o papel fiscalizador - A Comissão deverá assegurar que o Esporte Clube Pinheiros possuirá recursos suficientes para endereçar as questões relacionadas à conformidade das normas. Além disso, poderá indicar requisitos para um orçamento próprio do Compliance, o que garantirá independência para executar suas funções, inclusive contratar auditorias, supervisionar riscos e propor alterações no organograma e nos fluxos decisórios. Isso evita o tradicional conflito entre fiscalizador e fiscalizado, tão comum em estruturas fechadas. Quarto: o alinhamento do ECP e a realidade do século XXI - Vivemos uma era em que se exige ética, conformidade e responsabilidade institucional. O mundo mudou. Clubes, empresas e até entidades sem fins lucrativos precisam prestar contas, evitar riscos reputacionais e operar com governança. A Comissão de Governança é a resposta institucional que o clube precisa para se posicionar à altura das expectativas internas e externas. Senhoras e Senhores, essa Comissão será, sem dúvida, uma guardiã da integridade do nosso clube. Vai impedir abusos, aumentar a credibilidade da gestão e proporcionar segurança jurídica e ética para todos – conselheiros, associados, diretores e colaboradores. Portanto, conclamo este plenário a aprovar com convicção a implantação da Comissão Permanente de Governança. Esta é uma oportunidade de darmos um passo firme e necessário rumo a uma gestão mais moderna, íntegra e transparente. Muito obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – ... Já fui mencionado aqui, tive o prazer de participar desta Comissão Especial de Governança e Compliance, que foi presidida pela Bonilha. Durante vários meses debati, concordei, discordei, mas especialmente aprendi muito com as pessoas que integraram esse grupo e com todos aqueles que nós interagimos na construção dessa proposta que foi encampada pela Mesa do Conselho. Como nós estudamos durante vários meses o histórico desse trabalho percebemos, né, eu aprendi, porque não estava nesta Casa e não acompanhava isso, que essa discussão foi iniciada em 2017, quando a KPMG foi contratada para realização do diagnóstico de governança e compliance do Esporte Clube Pinheiros, como foi mencionado aqui pelo ex-Presidente Cappellano. São, portanto, oito anos de jornada para chegarmos até essa etapa e discussão que estamos tendo esta noite. Nessa Comissão Especial nós nos debruçamos sobre uma série de referências sobre governança e sobre compliance, que nortearam nosso trabalho especialmente com o propósito de contribuir com o aprimoramento da governança do Esporte Clube Pinheiros. Como falou o Conselheiro que me antecedeu, governança e compliance são conceitos fundamentais para a gestão e muito diferentes. Acho que são conceitos fundamentais para a gestão moderna das organizações, mas têm funções muito distintas. Governança é o sistema que organiza e direciona a organização, alinhando interesses e promovendo transparência e responsabilidade. Compliance é o mecanismo que garante que uma corporação siga as regras, leis e regulamentos, prevenindo riscos e promovendo a integridade. O compliance pode então ser visto como um subsistema dentro do sistema maior de governança, funcionando como uma de suas ferramentas essenciais para garantir a sustentabilidade e a reputação de uma organização. Quando estão aplicados juntos fortalecem a ética, a responsabilidade e a confiança na corporação, como também já foi visto aqui uma série de benefícios fundamentais para o nosso Clube. Desse modo, a proposta que foi apresentada pela Comissão Especial endereça o sistema de governança, propõe um endereçamento da discussão do sistema de governança constante nesta Casa, que é onde entendo que isso

deva acontecer com maior frequência, enquanto a Comissão Permanente Jurídica ficou restrita apenas à questão do compliance. É importante a gente ressaltar aqui, como foi apontado pela Carol na apresentação, que a gestão executiva do Esporte Clube Pinheiros avançou significativamente mais do que o Conselho com a sua parcela do processo de governança. Nós tivemos implantação de um canal de denúncias, elaboração de uma proposta de um Código de Ética e Conduta, que em 2020 não foi aprovado por esta Casa. Foi apreciado e rejeitado, além de ter havido implantação da gestão de riscos. O Código de Conduta e Ética que nós não possuímos, é o principal pilar de um programa de compliance e é onde se endereça as principais regras do modelo de comportamento de todas as organizações ou de todos dentro das organizações. É esse código que estabelece os direitos e obrigações, os valores e os princípios da organização de forma clara e objetiva. Infelizmente, em função da passividade desta Casa em relação a esse tema, o Esporte Clube Pinheiros segue sem um Código de Ética e Conduta. Nós, Conselheiras e Conselheiros, integrantes do órgão máximo da gestão deste Clube, precisamos fazer da governança uma prioridade. Nós precisamos oferecer ao Clube a melhor estrutura de defesa. A Carol explicou com primor aqui as três linhas de defesa que a gente discute no compliance. A primeira linha de defesa é a própria gestão, é o Executivo, é aquele que tem de agir com rigor para defender a instituição, a corporação, a organização. A segunda é representada pelos órgãos e os profissionais que têm como objetivo apoiar a gestão nesse processo. E a terceira, que se resume ao processo de auditoria e acompanhamento, tem o objetivo de avaliar independentemente a gestão dos riscos, dos controles e da governança. Essa terceira linha de defesa que nós estamos falando aqui precisa de um canal de relacionamento com o órgão de governança e regulamentação. Em nosso caso esse órgão é este Conselho Deliberativo, que precisa assumir suas funções e as suas responsabilidades como um canal de defesa da organização, propondo a evolução dos regimentos sempre que for necessário. Então, como já fiz aqui nesta tribuna algumas vezes, eu vou citar rapidamente, vou fazer uma referência ao código de melhores práticas de governança corporativa do IBGC, que endereça vários tipos de organizações, é endereçado a vários tipos de organizações, inclusive entidades como o Clube. E o código do IBGC propõe a ética como fundamento principal da governança corporativa. Entendida a ética pelo conjunto de valores e princípios que orientam a conduta dentro da organização. E ele preconiza cinco princípios que norteiam a governança corporativa: integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. Não vou passar por todos eles, mas tive o privilégio nos últimos dias de debater muito com vários Conselheiros e Conselheiras que me provocaram e de trocar muitos aprendizados nesse processo. O que nós estamos convidando com a criação da Comissão de Governança é que a gente traga este debate para dentro desta Casa e que essa Comissão de assessoramento ao Conselho possa promover esse debate constante. Então, essa Comissão foi proposta com duas Comissões, para ter a parte de acompanhamento ao compliance, fundamental para a terceira linha de defesa. Nossa responsabilidade como Conselheiros, nós precisamos criar esse espaço dentro do Clube. E outra para discutir a constante evolução da governança. A governança é o nosso mecanismo, nós temos de discutir sempre, nós temos de nos modernizar. Qual é o objetivo de ter um canal de relacionamento ou de acompanhamento da gestão executiva dentro do compliance e do Conselho? Ora, se nós somos os legisladores, se nós somos a Casa onde se discute as regras, se nós não temos conhecimento daquilo que está acontecendo e de como melhor encaminhar, como é que nós podemos discutir a estruturação de um conjunto de regras diferente? Então, o que nós estamos propondo, o que foi proposto pela Comissão Especial é trazer o debate para dentro desta Casa, não é sobrepor competências, não é usurpar

competências, é como Comissão de assessoria ao Conselho trazer o debate para este Conselho, que é o Poder que tem de decidir. Então, hoje nós estamos sendo convidados aqui a criar uma Comissão de assessoramento para nos ajudar na reflexão dos temas de governança e de compliance do Clube. É isso que está posto. Se a gente achar que aqui tem algum termo que esteja errado, podemos ter falhado – Já tive essa conversa com alguns Conselheiros – vamos ajustá-los, mas não vamos abrir mão de exercer o nosso direito e o nosso dever. Vou fazer uma analogia aqui com aquilo que a gente acredita que seja a ação dos avestruzes, que muitas vezes enterram a cabeça na terra para fugir da ameaça. Entendo que não seja isso que acontece, mas é assim que a gente popularmente interpreta. E queria convidá-los a não fazer isso. Eu aprendi, por uma questão da vida, que os avestruzes na realidade são um dos poucos animais que podem matar um leão não somente pela agilidade, mas pelo poder do seu chute, são capazes de criar lesões tão profundas, se defender e matar um leão. Vamos agir como avestruzes hoje, vamos matar o nosso leão do dia, vamos enfrentar esse tema, vamos trazer essa discussão para dentro desta Casa. Vamos criar a Comissão Permanente de Governança, para que ela possa manter essa discussão viva, possa ser propositiva, possa criar os acompanhamentos necessários para que possamos tomar as nossas ações, decisões sempre aqui no Conselho. Agradeço a todos vocês pela paciência aqui. Obrigado.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Queria fazer um breve aparte aqui, Alberto, por favor. ... Até para fazer uma analogia. A gente está falando de um tema tão importante, que é governança e tem até em nossa Constituição, nossa prática parlamentar no Brasil, que eventuais questões como essa sejam feitas de forma aberta. Então, fica aqui, da mesma forma que alguém já colocou, gostaria que como Conselheiro, a gente até ouve muito dos associados, que eles querem saber como que a gente vota nessas questões, por que não esse tipo de votação fizesse nominalmente, de forma aberta, para que os associados saibam como a gente está votando aqui? É uma provocação, uma pergunta, queria saber a opinião do Alberto também.

Alberto Sansiviero Junior – Acho que é perfeito, quer dizer, boa governança é transparência, um dos princípios, como eu falei aqui. Nós não temos aqui obrigação, nenhum de nós como Conselheiro de acertar sempre, acho que nenhum de nós na vida consegue. A tentativa é essa. Aqui, a beleza deste Conselho, bem-dito político, é representar as diferentes vertentes dos sócios do Clube. Então, nada mais correto do que dar transparência sobre como nós pensamos e agimos aqui nas votações e nas proposições que são apresentadas.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Perfeito. Queria declarar meu apoio à aprovação. Obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – Obrigado.

Célio Cássio dos Santos (aparte) – Primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo pessoalmente pelo trabalho, assim como dos demais Membros da Comissão. Mas tenho algumas dúvidas, outros já falaram, mas queria talvez mais objetivamente. Todas as Comissões, como sabemos, as atuais já aprovadas são opinativas e de aconselhamento à Diretoria e ao Conselho. Ocorre que quando leio das competências consta aqui: Elaborar o Código de Ética e Conduta e assegurar que esteja atualizado e difundido ao corpo associativo. Se você está elaborando um código, se uma das competências é elaborar um

Código de Ética depreendo aqui que não é para consumo interno da Comissão. Então, você já está indo para uma coisa que está de certa forma vinculando, sim senhor, aqui o que está escrito. Outra coisa: Avaliar continuamente. Opinar no processo de contratação do Auditor Externo Independente, que a Diretoria faz, mas opinar, concordo que opinar qualquer um pode ter sua opinião, só que fala: Assegurar que o rodízio do Auditor ocorra em prazo não superior a 5 anos. Há mais, até o ilustre Conselheiro Poli também foi nesse sentido e me parece que muito corretamente. Há uma questão que fala em algum ponto de assegurar um orçamento para esta Comissão. Mas Comissões não têm orçamento. Então, são questões, não é que, eu tenho quase certeza que todos são a favor desta Comissão, só que há coisas aqui que não há realmente como negar. Se o senhor quiser me explicar eventualmente, como é que pode ser elaborado um Código de Ética sem que seja para utilização externa, seja no Conselho, seja na Diretoria, seja para todos, como é a intenção e obrigá-lo a ser implementado.

Alberto Sansiviero Junior – Não diz nas competências que ele tem de ser obrigado, diz que a competência da Comissão é elaborar o código. Como eu disse aqui, o Código de Conduta e Ética é uma peça fundamental para a Instituição. Nós não temos. A proposição é que a Comissão elabore o código, estabeleça discussão com esta Casa e busque aprovação do código.

Célio Cássio dos Santos – Mas não é isso que está escrito aqui.

Alberto Sansiviero Junior – Mas o código será aprovado pela Comissão?

Célio Cássio dos Santos – É exatamente o que está escrito aqui.

Alberto Sansiviero Junior – Não é isso.

Célio Cássio dos Santos – Sim, senhor, a competência da Comissão é essa: Elaborar o Código de Ética, não está falando nada de votação em lugar nenhum.

Alberto Sansiviero Junior – Ela fala sobre aprovação do Código de Ética?

Célio Cássio dos Santos – Elaborar o Código de Ética.

Alberto Sansiviero Junior – Ela fala sobre aprovação do Código de Ética? Elaborar.

Célio Cássio dos Santos – E assegurar que seja atualizado e difundido ao corpo associativo.

Alberto Sansiviero Junior – Você pode vir e propor um aparte. Esse projeto foi enviado a todos há vários meses para avaliação, para que a gente pudesse analisar e propor as modificações, exclusões, alterações que julgamos adequadas. Ninguém aqui está querendo passar uma proposição sem a discussão com esta Casa. O rito foi seguido. Podemos dizer aqui: Queremos colocar um termo elaborar o Código de Ética, propor para aprovação no Conselho? Vamos propor. Isso é boa governança. Não estamos propondo aqui má governança, nós estamos propondo a evolução desse processo e a boa governança do Plenário deste Conselho, não tem objetivo de subtração ou apropriação.

Célio Cássio dos Santos – Entendi.

Alberto Sansiviero Junior – Então, vamos contribuir.

Célio Cássio dos Santos – Mas o meu aparte é objetivo, esse Código de Ética ser elaborado é para quê? Para quem?

Alberto Sansiviero Junior – Para que o Clube tenha um Código de Ética, portanto, deverá seguir o rito de aprovação do Código de Ética como foi proposto aqui no passado aqui nesta Casa. Analisado e não aprovado. Então, o objetivo desta Comissão é que persiga esse Código de Ética recorrentemente, até termos um Código de Conduta e Ética que nos atenda. Aprovado pelo Conselho desta Casa, que é o órgão que tem de tomar essas decisões.

Célio Cássio dos Santos – Não adianta. E o orçamento, como é que o senhor vê?

Alberto Sansiviero Junior – O que dissemos é que ela tem de assegurar o orçamento para a Área de Compliance. Portanto, assessorar este Conselho na discussão da proposta orçamentária. Nós podemos desidratar a Área de Compliance, segunda linha de defesa do Clube, se não tivermos essa Área adequadamente.

Célio Cássio dos Santos – Tudo bem.

Alberto Sansiviero Junior – Veja, está aqui: Assim recomenda que a Comissão Permanente de Governança será responsável por sua revisão completa e apresentação de uma minuta para deliberação do Conselho Deliberativo em até 90 dias de sua instalação. Esse é o Código de Ética, está dentro da proposição. Quem delibera é este Conselho. Obrigado, Alessandra.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha (fora do microfone) – É o Conselho que delibera.

Alberto Sansiviero Junior – Quem delibera é o Conselho. Nós não estamos propondo uma Comissão, não se propôs pela Mesa do Conselho.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – O Conselho que é soberano.

José Manssur (aparte) – Não seria propriamente um aparte, em respeito até...

Alberto Sansiviero Junior – Sempre uma honra ouvi-lo, Dr. Manssur.

José Manssur – A honra é minha de poder-lhe dirigir a palavra. E a sua resposta na belíssima indagação e preocupação, nós temos de afastar as paixões, aqui está todo mundo buscando o melhor entendimento. A pergunta do Dr. Célio, Presidente de sempre, no Estatuto Social, compete ao Conselho Deliberativo – Já vou achar o artigo – Mas está dito aqui que compete ao Conselho Deliberativo decidir sobre os Regimentos, as alterações. Então, por óbvio que a douda Comissão, se vier a ser aprovada, ela elabora – A Comissão de Ética – Que parece que tem até na Presidência da República uma Comissão de Ética – ela apresenta o projeto e nós deliberamos. Não estou adiantando. Pedi para me inscrever porque há alguns pontos que podem ser eliminados e trazer aí um bom trânsito

e vou me resguardar para o pronunciamento. Mas é previsão estatutária deliberar sobre a reforma do Estatuto Social. Art. 76, senhoras e senhores, inciso IX: compete ao Conselho Deliberativo deliberar sobre projetos de Regimentos Internos e respectivas reformas. Eu entendo por analogia que o Código de Ética seria um Regimento Interno e obrigatoriamente não poderia prescindir da autonomia desta Casa, que é o órgão maior do Esporte Clube Pinheiros.

Alberto Sansiviero Junior – Exatamente, Dr. Manssur, concordo plenamente com a sua posição.

José Manssur – Então, esse ponto é superado.

Alberto Sansiviero Junior – Eu imagino que sim.

José Manssur – Outro ponto que já vou adiantar que pode ser superado, se o senhor me permitir. A Comissão Especial por toda interpretação do trabalho que fez busca a criação de uma Comissão Permanente, OK?

Alberto Sansiviero Junior – Perfeito.

José Manssur – Apesar da impropriedade, com a devida vênia, da Comissão Jurídica e tecerei considerações sobre isso, de criação de um órgão a mais no Art. 20, aqui denominou Comitê. E Comitê é sinônimo de Comissão, então, pergunto a V.Sa. se o Art. 64, do Estatuto diz que as Comissões Permanentes – Que é o que o senhor pretende, que a Comissão Jurídica diz que concorda – diz que são órgãos de assessoria, por óbvio que elas não têm efeito vinculativo, mas simplesmente opinativo? Esse é só um primeiro ponto para afastar eventuais preocupações. O órgão é Comissão Permanente, órgão consultivo, alinhado no inciso IV, do Art. 20 e não um órgão a ser criado. Portanto, é uma Comissão a mais, além daquelas que já temos. E sendo órgão opinativo obviamente que ele não tem efeito vinculativo. É essa pergunta que eu faço, se o senhor concorda com esse raciocínio?

Alberto Sansiviero Junior – Concordo plenamente, Dr. Manssur, e acho que vale aqui, aproveitando a sua colocação, fazer duas referências. A Ana Carolina mostrou um slide com o desenho das Comissões e a Comissão de Governança no mesmo nível das demais Comissões desta Casa. O senhor trouxe o tema aqui da proposta da Comissão Especial versus a proposta da Comissão Permanente Jurídica, vou aproveitar para fazer uma reflexão sobre isso. Assim, no meu entendimento tentei passar aqui brevemente, mas a gente já tem um órgão de fiscalização, basicamente de controle,...

José Manssur – Conselho Fiscal.

Alberto Sansiviero Junior – ...que é o Conselho Fiscal. Então, acho que poderíamos criar um conflito eventual de competências nessa linha. Respeito bastante a proposição que foi feita ali, acho que pode ser inclusive um modelo para discutirmos posteriormente. Mas não encontramos em nossos exercícios nenhum modelo semelhante ao que foi proposto ali, de você ter um órgão de controle presente na gestão, porque uma das propostas da Comissão Permanente Jurídica é que o Presidente desse Comitê, desse órgão passe a ter um status equivalente à Diretoria, participe desse processo. Na minha percepção se cria aí

uma confusão de funções entre órgão legislador e de acompanhamento. Aí neste momento faço a referência ao Conselho Deliberativo como um Conselho de administração, essa é a função que ele tem, muito semelhante.

José Manssur – Perfeito.

Alberto Sansiviero Junior – E um órgão de gestão. Então, nesse caso eu acho que existiria um conflito.

José Manssur – Mas não existe na proposta.

Alberto Sansiviero Junior – Mas não existe nessa proposta, que delimita a competência da Comissão a um órgão de assessoria e criando, como já falei aqui a complementação da terceira linha de defesa, que é a ligação do compliance com esta Casa, fundamental para nossa boa governança.

José Manssur – Não tenha dúvida. Sr. Presidente, com muita honra e com muito respeito peço para me inscrever. Muito embora eu estivesse ansioso por falar em Várias, sou o primeiro inscrito, espero que haja, porque apesar de ter sido feito, acho que algumas referências a quem entra e quem sai é de mister que se faça e estou inscrito para fazê-lo.

Alberto Sansiviero Junior – Dr. Manssur, muito obrigado. Obrigado a todos. Boa noite.

Sérgio Henrique de Sá – ... Estamos diante de um dilema extremamente interessante. Não há nenhuma dúvida, diferente do que alguns Conselheiros falaram sobre dignidade ou indignidade dos dirigentes, que isso é uma absoluta bobagem, o que tem que se colocar é o seguinte: Há necessidade do compliance e da governança no Esporte Clube Pinheiros? Sim. Houve um estudo e respeito a todos os Membros da Comissão, principalmente a Carolina Gazoni que está há quatro anos debruçada na Diretoria trabalhando para implantar o que já existe dentro da nossa Instituição. O que não existe são coisas, que aí o Conselho tem de realmente corrigir, eu acho que precisa, porque, gente, estamos aqui agora em cento e poucas pessoas, não adianta a gente querer fazer a fórceps. Sei que são quatro anos – E respeito a Bonilha que está há três debruçada nessa proposta, que ela atazanou a vida de um cara chamado Guilherme Reis para colocar isso como proposta da Mesa – Então, a gente precisa ter um diálogo. Como teve o diálogo do Fragoso com a Carol na hora de se acertar: Ela é substitutiva, mas estamos conversando e não houve nenhum tipo de rusga, nenhum atrito. A gente precisa, a despeito de outros comentários que houve em relação aos dirigentes, a gente precisa verificar o lado da Diretoria. Então, a gente precisa nem que seja num último momento, se em três, quatro meses, Dr. Manssur, mas isso vai voltar para cá. Então, acho que o Cardia – Nunca concordei com o senhor, nos últimos anos a gente está sempre em lados opostos. E não é questão de lado, o lado é do Clube. Ou seja, nós estamos do mesmo lado, que é o Esporte Clube Pinheiros.

José Manssur (fora do microfone) – A divergência é salutar.

Sergio Henrique de Sá – Exatamente. E a divergência não é para empurrar para debaixo do tapete, a gente precisa enfrentar o problema de compliance e governança sim, principalmente aqui nesta Casa. E vou dizer uma coisa, Dr. Guilherme, qual é o maior problema que eu aqui por diversos anos e muitos outros Conselheiros muito mais capazes

do que eu vieram falar sobre a questão dos prazos da Diretoria, lembra da história da Voz do Conselheiro? Esses prazos foram para as calendas diversas vezes, não porque a Diretoria não conseguia responder, porque ela não tinha velocidade. Porque a gente sabe o tamanho do Pinheiros, mas isso acontecia diversas vezes. Então, a gente precisa criar práticas aqui dentro do Conselho sim, mas com o apoio da Diretoria. Não sai – Eu posso apostar uma caixa de uísque – que a gente não vai conseguir aprovar e o meu medo, Alessandra, você que tenho um respeito e consideração, estamos juntos numa Comissão importantíssima que vai falar sobre essa história de assinar, ir embora. Ficou 130, assinou 170. Essa farra vai acabar e já prometi há muitos anos. A Alessandra e eu fizemos essa proposta e estamos estudando – Então, quero dizer, olhando para você que não sou contra essa proposta, esse trabalho tem de ser dignificado através do apoio, da oitiva sim do Toni Moreno, do Dr. Dutra, do Dr. Manssur. O Dr. Manssur já esteve no Conselho, mas quem esteve na Diretoria sabe o abacaxi e as formas que têm de ser feitas. Compliance tem de existir. A gente não vai em 2025 falar que não vai ter compliance e governança do Pinheiros, mas a gente precisa estruturar com um pouco mais de cuidado. Os quatro anos não foram jogados no lixo, Alessandra, de jeito nenhum. Eu sei que é desgastante, a gente vê o trabalho, mas não será jogado no lixo porque tenho certeza que o compromisso está para todos os associados e os Conselheiros estão aqui para a gente se sentar e fazer com união. Ou seja, senta com a Diretoria, porque não é possível – Aí também eu peço aos meus nobres ex-Presidentes – a gente precisa ceder, todo mundo tem de ceder. Ceda a quem está propondo, ceda a quem está dirigindo e já dirigiu. Acho que um diálogo de união. Então, me solidarizo. Para encerrar peço o seguinte, Sr. Presidente, após meu caríssimo Luigi e o Dr. Manssur consultar o Plenário se já estamos satisfeitos. Então, peço para que a gente retire de pauta, mas mantenha as propostas do Junqueira que são extremamente importantes, acho que isso não pode ser deixado e os integrantes sejam os mesmos, adicione-se a quem da Diretoria for designado. É só isso. Muito obrigado.

Luigi Adami Serine – ... Gostaria de apresentar alguns questionamentos, mas antes disso parabenizar os envolvidos pelo árduo trabalho, realmente a proposta ser necessária e pedir escusas caso meu discurso fique redundante, visto tudo que já foi falado, mas prometo ser objetivo. O primeiro questionamento diz respeito à denominação Comissão, que já foi citado, mas o órgão proposto teria atribuições ampliadas, inclusive de fiscalização, o que a diferencia das demais Comissões deste Conselho, inclusive a minha de Jovens. Criar uma Comissão com esse nível de poder rompe com o princípio da isonomia entre as Comissões, gerando desequilíbrio. Cito como exemplo a Comissão de Jovens que já opera com limitações e seria ainda mais enfraquecida diante de uma nova Comissão com prerrogativas mais robustas. Diante disso, será que a criação de um Comitê, que foi dito, muito bem elaborado pela Comissão Jurídica, e não de uma Comissão seria mais apropriado, respeitando as hierarquias e funções já existentes, assim como elaborou a Comissão Jurídica. Segundo questionamento refere-se a ausência de um encaminhamento obrigatório aos órgãos disciplinares. Se o novo órgão identificar irregularidades, mas não houver prazo ou obrigações claras para enviar essas informações às instâncias competentes corre-se o risco da famosa inércia institucional. Isso, além de gerar descrença por parte dos associados pode fortalecer uma sensação de impunidade, o que fragiliza a credibilidade da nossa governança. A terceira questão é a possibilidade de que as decisões desse órgão tenham efeito vinculante. Quando as decisões passam a ter esse efeito vinculante sem passar pelo Conselho Deliberativo há uma inversão da hierarquia institucional. Por isso não seria apropriado que todas as decisões vinculantes passassem pelo Conselho. E o quarto e último questionamento é sobre o parágrafo 2º, do

Art. 85, que prevê que o Conselho Deliberativo pode a qualquer tempo destituir o Presidente da Governança e eleger um novo. Essa redação abre uma margem para uma discricionariedade excessiva, que pode comprometer a autonomia e imparcialidade do órgão. Em vez de garantir a independência, será que não se cria uma abertura para interferências políticas, justamente o que se pretende evitar. E como se aprende em direito administrativo, a procedimentalização é o caminho mais seguro para aumentar a discricionariedade e fortalecer a imparcialidade. Portanto, concluindo, será que não seria apropriado: 1 – alteração do nome ou categoria, como pretender entender, conforme muito bem elaborou a Comissão Jurídica; 2 – que seja estabelecido um prazo máximo de 15 dias para que o novo órgão encaminhe à competente representação aos órgãos competentes; 3 – que as decisões que tenham efeito vinculante sejam votadas e deliberadas pelo Conselho; 4 – que se altere no Art. 85, parágrafo 2º, a fim de garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório, que são princípios constitucionais. Assim deixo registradas essas questões para que alguém da Diretoria ou da Comissão que elaborou o projeto venha à tribuna nos esclarecer. Muito obrigado pela atenção.

José Manssur (aparte) – Salvo melhor juízo, o parágrafo 2º, do Art. 85, lapidarmente lembrado pelo senhor é proposta da Comissão Jurídica e não da Comissão Especial, que é uma das irresignações minha, de a qualquer tempo o Conselho Deliberativo – Não vou falar a palavra, falava essa palavra em 68 e já tirei do meu vocabulário há muito tempo.

Arlindo Virgílio Machado Moura (fora do microfone) – Qual?

José Manssur – É cassar, com dois esses. Então, revogar mandato. Nós não podemos cassar – O Dr. Arlindo pediu, eu respondo – então, nós não podemos cassar nem revogar mandato eletivo outorgado por esta Casa, porque aí vai para uma figura que graças a Deus já está no lixo da história faz tempo. Mas essa proposta do parágrafo 2º, do Art. 85, é da Comissão Jurídica. O senhor confirma que é da Comissão Jurídica?

André Guena Reali Fragoso (fora do microfone) – É da Comissão Jurídica.

José Manssur – É da Comissão Jurídica. Na Comissão Especial não consta?

André Guena Reali Fragoso (fora do microfone) – Não.

José Manssur – Não. É por isso que estou a defender o trabalho da Comissão Especial.

Luigi Adami Serine – Isso aí. Bem, estamos de acordo, acho que com qualquer Comissão que tenha proposto. Muito obrigado.

Berenice Gazoni – ... Só queria dizer neste momento nesta Casa, eu estou aqui há sete anos, esse é o meu 2º mandato. Queria dizer a vocês Conselheiros da emoção que sinto em estar aqui hoje examinando um projeto que de fato vai fazer a diferença para o nosso Clube. Um projeto que há muito vem sendo solicitado aqui nesta tribuna por nobres Conselheiros, como diz o Dr. Manssur, a falta que tem feito a questão da governança e do compliance, que tivéssemos aqui um retorno. Essa proposta, que foi muito bem encaminhada pelo nosso Presidente, Dr. Guilherme, não vem de agora como muitos já disseram, vem de 2017, é proposta da KPMG, uma proposta que foi encaminhada há oito anos e que agora finalmente nós podemos dar essa resposta aos associados que clamam

por isso há muito tempo e principalmente a esta Casa, a todos esses Conselheiros que vieram falar que precisávamos ter mais compliance e mais governança no Clube que tivéssemos aqui um retorno. Esse projeto faz isso, meus caros Conselheiros, é isso que esse projeto está fazendo, está trazendo para esta Casa, para nós Conselheiros, representantes dos associados no órgão máximo do Clube, que é o nosso Conselho, trazer para aprovação, porque será uma Comissão como já temos outras, todas ótimas, todas funcionando muito bem. É mais uma e é uma que é chamada por todos os associados, por todos os Conselheiros. Do que nós temos medo? Precisamos ter medo? Não, não temos de ter medo. Temos de abraçar essa causa e dizer: Essa causa é deste Conselho, é dos Conselheiros. E ela vai servir só para o Conselho? Não, ela é um órgão que vai servir principalmente para esta Administração que começa agora. Eu acho de uma feliz coincidência que aprovemos hoje essa Comissão juntamente com uma Diretoria nova que está começando, com uma mulher como Vice-Presidente e nós juntemos esses dois elos, esse elo que está faltando neste Conselho: o elo da governança e o elo do compliance. Não tenhamos medo. Peço e digo a cada um de vocês, é com imensa alegria, com muita satisfação, com muita honra sim que tenho de fazer parte deste Conselho, que tem hoje a oportunidade de dar a este Clube um avanço na Área de Governança. Nós somos os maiores no esporte, vamos ser também os maiores na Área de Governança, na Área de Compliance, na Área de transparência. Vamos todos juntos, vamos abraçar essa causa, vamos tornar o nosso Clube o maior em todas as Áreas. Era isso. Muito obrigada.

Andreas de Souza Fein – ... Sr. Presidente, nesse meu primeiro pronunciamento após à eleição do Presidente da Diretoria para o período 2025 a 2027 eu parabenezo inicialmente o Dr. André Perego Fiore por sua eleição, bem como toda Diretoria recém-nomeada, desejando a todos uma bem-sucedida, exitosa e profícua gestão. Sobre o tema em análise eu lembro, como a própria Comissão ressaltou e como já foi dito aqui algumas vezes, que ele é debatido há vários anos. Ainda em 2017, como Assessor de Planejamento eu coordenei a estruturação do processo de seleção da empresa que elaboraria o diagnóstico de governança corporativa, vencido pela KPMG. A nossa governança tem apresentado um processo contínuo de melhorias, basta comparar minimamente os nossos documentos de gestão: as propostas, pareceres, relatórios etc., de 15, 20 anos atrás com os atuais. Eu analisei a proposta da Comissão Especial e a meu ver ela segue nesta trilha de melhorias e aperfeiçoamento, atualiza e moderniza o atendimento dos quatro princípios básicos da governança corporativa, conforme elencado no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, a saber: a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Um único adendo, como apontado na reunião do dia 20 passado, deve ser estipulado – E aqui não sei se a Mesa pode fazer esse acréscimo – que os associados, a exemplo do exigido aos Membros do Conselho Fiscal, apresentem um tempo de associação mínimo de 5 anos. Analisei também as emendas apresentadas pelo ilustre Conselheiro Luiz Carlos Junqueira Franco Filho. Em minha opinião, a proposta modificativa para alteração do Art. 63, do Estatuto Social não se aplica, pois a proposta da Comissão Especial para Comissão de Governança não conflita com, mas sim segue o padrão das demais Comissões. A inclusão dos temas diversidade, inclusão e sustentabilidade deve ser feita nos regramentos de ação específica e de objetivos a alcançar. Ou seja, o Regulamento Geral e o Regimento Interno da Diretoria, não neste artigo que trata de controle. Sobre as emendas supressivas e aditivas. Referem-se à possibilidade de remuneração dos membros externos. Não vejo, Sr. Presidente, meus colegas, o porquê da necessidade de remuneração. Há a participação pro bono de Conselheiros experientes em

diversas associações beneficentes, organizações não governamentais de inúmeras finalidades etc. Há bancos de Conselheiros disponíveis para consulta no IBGC. Eu mesmo já estive naquele banco, na Fundação Dom Cabral, entre outros. Então, com o máximo acatamento e respeito, eu me posiciono contrário à aprovação destas emendas apresentadas. Sobre a proposta da douta Comissão Jurídica. Eu vejo um imbricamento muito grande da Comissão de Governança ou Comitê de Governança, como ela o propõe nomear, e a Diretoria. O conflito gerado pela presença de um Membro do Comitê nas reuniões da Diretoria é evidente e as consequências dessa presença podem ser danosas para o processo de aprimoramento da governança. Preocupa-me também o disposto, assim como mencionado pelo Conselheiro Luigi Serine, no parágrafo 2º, do Art. 66 do Estatuto Social e no parágrafo 2º, do Art. 115 do Regulamento Geral, que permite ao Conselho destituir o Presidente do Comitê de Governança mediante simples convocação de reunião adrede convocada. Por último, como já mencionei, não vejo nem conveniente nem necessária nem oportuna a remuneração dos membros externos do Comitê. Aliás, salvo engano de leitura, eu vejo um conflito na proposta da Comissão Jurídica entre o disposto no Art. 74 do Estatuto Social, que prevê remuneração e o Art. 1º do Regimento Interno do Comitê de Governança, que não prevê a remuneração. Então, resumindo, Sr. Presidente, diletos colegas, novamente com o máximo acatamento, respeito, eu encaminho meu voto pela rejeição das emendas apresentadas pela Comissão Jurídica e pelo Conselheiro Junqueira e pela aprovação da proposta da Comissão Especial nomeada pela Resolução da Presidência 01/23, CD. Essas as minhas considerações, Sr. Presidente e ilustres colegas. Obrigado pela atenção.

Arlindo Virgílio Machado Moura – ... Senhoras e senhores, eu vou fazer o seguinte, as minhas palavras podem ser interpretadas paradoxalmente, mas depois vocês vão entender. Quero parabenizar o pessoal que cuidou desse trabalho, dessa Comissão Especial que fez um belíssimo trabalho e que todos nós devemos elogiar. Entretanto, aí é o paradoxo, por quê? Nós temos que nos ater aos nossos Regimentos, ao Estatuto, porque senão você faz um apanhado das coisas e nós temos de ter exatamente decisões claras. O Esporte Clube Pinheiros tem quatro níveis de poder: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, as Comissões Permanentes, Conselho Fiscal. Aliás, são cinco. Então, as Comissões Permanentes são órgãos de assessoria da Diretoria e do Conselho Deliberativo, só que diz o seguinte: As Comissões Permanentes, com exceção da Comissão Permanente de Processamento e Julgamento, funcionarão como órgãos de assessoria do Conselho Deliberativo e da Diretoria – Já existe uma confusão há muito tempo colocada de que as Comissões Permanentes são do Conselho Deliberativo. Elas não são do Conselho Deliberativo, elas são órgãos assessores do Conselho e da Diretoria – devendo ser ouvidas obrigatória e antecipadamente sobre os assuntos de sua competência específica. E quando solicitadas deverão manifestar-se por escrito dentro do prazo de 30 dias. Poderão, ainda, lateralmente, por iniciativa própria fazer recomendações ou sugestões ao Conselho Deliberativo e à Diretoria. Então, o que quero dizer? Nós estamos aqui analisando um brilhante trabalho, com o qual já me parabenizei, mas as Comissões não têm essa competência. Se nós vamos criar uma Comissão de Compliance, aumentando o número de Comissões de 9 para 10, ela não tem a competência para fazer tudo isso que foi colocado no projeto. Não tem.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha (fora do microfone) – Especifica? não tem interrogação.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Especifica. Só uma delas tem 13 incisos no Art. 115 da proposta. O que digo é o seguinte, se esta Comissão de Compliance não for suscitada pelo Conselho ou pela Diretoria não funciona: Ah, não, mas ela pode também por iniciativa própria fazer recomendações ou sugestões ao Conselho Deliberativo e à Diretoria. Ela pode fazer e o Conselho pode não aceitar, a Diretoria pode não aceitar. Então, não tem essa força que se está querendo colocar para ela. Não tem. Então, nós temos de fazer dentro dos nossos regramentos e da forma que se pretende, com a força, com a pujança que ela tenha não é aí. Existem inúmeras possibilidades para você torná-la eficaz. Não eficiente, mas eficaz e tenha resultado. Existem, mas não estão aqui nessa proposta. Nós temos de colocar nessa proposta para que seja efetiva a participação dela, senão vai acontecer o seguinte: mais uma Comissão, se não for consultada não se manifesta. Se ela der uma sugestão, eu não aceito a sugestão. Então, para que isso? Ou porque você está querendo fazer mais um nível de poder e isso é inaceitável, inadmissível. Então, eu acho que essa proposta, essa sugestão do Cardia apoiada por vários Conselheiros, pelo Poli e vários outros Conselheiros é justa. Vamos retirar de pauta, vamos aprimorar. Não aprimorar o trabalho, que é um trabalho muito bem-feito. A exposição que fez aqui, a Carol foi muito didática inclusive, mas nós precisamos aprimorar e ajustá-la aos nossos Regulamentos, Regimentos ou até talvez estejamos chegando ao ponto que nós tenhamos de fazer uma revisão total do Estatuto do Clube, porque de tempos em tempos você tem de modernizá-lo sim, senão fica remendando aqui, remendando ali. Não, vamos propor uma Comissão, um Conselho constituinte para fazer a revisão do Estatuto. Era isso que queria colocar, dando ênfase aqui ao trabalho desta Comissão Especial, merece todos os nossos louvores, mas nós precisamos adequá-lo às nossas ferramentas e ela não está adequada às nossas ferramentas. Por isso eu apoio a retirada para que a gente avalie e analise melhor. Muito obrigado.

Antonio Moreno Neto – ... Sr. Presidente, primeiro, gostaria de colocar aqui que os ex-Presidentes participaram sim de duas ou três reuniões com a Comissão, onde fomos esclarecidos de vários aspectos e nós apoiamos algumas propostas que foram colocadas e outras nós fomos contra. Já digo que esse aprimoramento que está-se fazendo, está-se propondo eu acho que é muito saudável. E se a gente conseguir fazer esse aprimoramento eu acho que vai ser para o bem do Clube. Quando vier aqui eu tenho certeza que 100% vai votar favorável. Então, já falo a retirada de pauta nesse sentido. Agora, queria colocar aqui o meu repúdio ao Conselheiro que colocou aqui que chega de ex-Presidentes, que ex-Presidentes não sabem nada. O Pinheiros tem 125 anos de história e tanto os Presidentes do Conselho quanto da Diretoria trouxeram o Clube até aqui. Talvez este Conselheiro e falo o nome, Paradedá, foi Diretor e talvez não saiba o que é isso, ele não sabe o que é a direção de uma Presidência do Conselho e uma Presidência da Diretoria. Então, gostaria de deixar uma nota de repúdio à colocação deste Conselheiro, porque está desrespeitando todos os ex-Presidentes do Conselho e da Diretoria. E vou colocar aqui que foi muito bem colocado, que acho até, e temos de ter realmente ética e conduta dos Conselheiros, porque nunca vi o Conselho do Esporte Clube Pinheiros estar baixando o nível com essas colocações. Então, nós temos inclusive de corrigir isso e punir aqueles Conselheiros que não sigam estas determinações. Muito obrigado, Presidente.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Eu fui mencionado, o senhor me dá a palavra, por favor. Começando por punir o senhor por falar inverdades.

Antonio Moreno Neto – É aparte?

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Em nenhum momento...

Presidente – Sr. Paradedá...

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Eu fui mencionado.

Presidente – ...entendi, mas a menção não foi desonrosa e nem desrespeitosa.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Desonrosa sim, como não?

Presidente – Conselheiro Paradedá...

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Eu vou falar. Eu fui mencionado desonrosamente.

Presidente – Conselheiro Paradedá, eu estou na Presidência e o senhor deve respeitar. Vou pedir uma gentileza...

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – O senhor me respeite também.

Presidente – Sr. Paradedá, por favor.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – O senhor me respeite também.

Presidente – Por favor, Conselheiro Paradedá.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Se ele está dizendo...

Presidente – Conselheiro Paradedá, vou inscrevê-lo e vai falar, não no microfone de aparte. Conselheiro Paradedá, por favor, o senhor está inscrito e poderá falar, o senhor terá a palavra.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Pois não.

Presidente – Conselheiro Antonio Moreno, concluiu o seu pronunciamento?

Antonio Moreno Neto – Sim, obrigado.

José Manssur – ... Hesitei até esse instante em não mais fazer uso da palavra. Senhor Presidente, não me vou me furtar, porém, a tecer considerações. Há espaço, para tanto, presentes as densas e importantes discussões havidas hoje, sob esse específico item da ordem do dia. Como na reunião prévia de terça-feira passada - e louvo a iniciativa de V.Sa. em realizá-la pedindo vênua para reiterar, como já antes foi dito, que repitamos essa prática, porque é muito útil. E, como sabido, observados os termos regimentais, afigura-se possível o Colegiado decidir pela retirada de pauta da matéria em discussão, observado o disposto no Art. 38, inciso III do Regimento Interno do Conselho Deliberativo Já tive oportunidade de asseverar em reunião anterior que, caso seja retirada de pauta matéria integrante da Ordem do Dia, deverá, posteriormente, retornar, devidamente esclarecida para nova discussão e deliberação. De igual modo, em se tratando de matéria que cuida, também, de alteração estatutária, impende que seja observado, osm preceitos

normativos albergados no artigo 66 e seus nove parágrafos do Estatuto Social, em que previstas duas discussões e, havendo aprovação da proposta, submetê-la à deliberação da Assembleia Geral, Órgão máximo da Instituição. Avançando na discussão de mérito da proposta, tenho para mim que é consenso unânime a importância de termos uma Comissão de Governança Corporativa e regras de conformidade que, em sua essência, nada é representada pelas siglas ESG, representativas de sua definição em inglês, sendo a letra “E” a significar não só a preocupação ambiental, mas, sobretudo, a relevante preocupação inclusiva, na linha da proposta do ilustre e dileto Conselheiro Luiz Junqueira, a qual expressamente peço vênua para aderir. Com a letra “S” temos a preocupação social e nesse ponto importante as regras da eticidade, a significar comportamento de acordo com as regras de conformidade E, finalmente, a letra “G”, que define os princípios da governança que têm, dentre outros, na transparência de gestão seu valor maior. Trata-se, Sr. Presidente, de proposta formulada pela Mesa do Conselho, desenvolvida por uma ilustre Comissão Especial, constituída em fevereiro de 2023, tendo como objeto essas alterações estatutárias, visando a instituir essa Comissão Permanente de Governança e *Compliance*. É disto que se trata e nada mais. A reunião prévia esgotou esse tema e trouxe algumas questões, porquanto existe uma proposta a princípio rotulada como substitutiva, mas que de substitutiva não se trata, porque se ela concorda em 99%, com a proposta principal, como aqui foi hoje aqui reiterado, divergindo, apenas 1% da proposta principal, por óbvio que se cuida de emenda modificativa., equívoco esse da Comissão Permanente Jurídica corrigido a tempo e a hora. Permita-se mais uma vez lembrar que mais sábio é o homem que corrige seus erros hoje do que aquele que o cometeu ontem. Há também, como já dissera, as emendas modificativa, supressiva e aditiva do ilustre Conselheiro Junqueira, dizendo, desde logo, que me alinho na aditiva, que pede para incluir a questão da diversidade. As demais não, principalmente porque ventiladas no Parecer da Comissão Jurídica merecem objeção de minha parte, sempre com o devido respeito e acatamento. Com efeito, ao se propor remuneração dos dois eventuais integrantes dos organismos nacionais de governança, que viriam a compor a Comissão de Governança pretendida, permito-me secundar o que dissera na Tribuna o Ilustre Conselheiro Andreas, porquanto em não sendo o trabalho dos sobreditos dois integrantes de Órgão externo *pro bono*, estar-se-ia abrindo precedente, exceção, que muito me preocupa. Então, com relação a essa Emenda do Conselheiro Junqueira e que também é cogitada no Parecer da Comissão Jurídica, eu estou afastando. Como dissera, a proposta principal visa criar Comissão de Governança e *Compliance*. A Comissão Jurídica na sua emenda, agora modificativa, Dr. Montoro, ela pede para criar um órgão na linha do Art. 20, que seria mais um órgão da Administração do Clube. Mas o senhor lê a proposta e verifica que no conteúdo ela não deixa, em tese, de ser uma verdadeira Comissão Permanente, a se lhe permitir compor com as demais, de natureza consultivas já existentes. Então, não há necessidade a meu sentir de se criar mais um órgão, porque se o inciso IX, do Art. 20, fala que são órgãos do Clube os consultivos, se o que estamos aqui, como o Conselheiro que me antecedeu, ilustre Presidente de sempre Arlindo Virgílio Machado Moura salientou, lendo o Art. 64 estatutário, temos que as Comissões são órgãos consultivos de assessoria e se o que se pretende é um órgão consultivo de assessoria não há necessidade de se criar um órgão autônomo, porque poderia até haver um conflito entre esse órgão autônomo com as Comissões. Então aqui eu afasto essa pretensão, respeitando, como sempre, os brilhantes argumentos deduzidos pela Comissão Jurídica. Aliás, faço um parêntese (o trabalho executado pela Comissão Especial e bem assim aquele bem elaborado pela Comissão Jurídica merecem sim ser apreciados em denso diálogo entre as respectivas fontes para que tenhamos à luz também do que já se sustentou, um projeto ou proposta de criação

deste órgão vital à história do Clube embora haja, a meu sentir, ajustes a se fazer. Com efeito, a Comissão Especial entende que a Comissão de Governança deve ser constituída por 5 associados ou associadas, sendo 3 Conselheiros e 2 não providos de mandatos. E os 2 não providos de mandatos quer a Comissão Especial e a Comissão Jurídica também não estabelecem se devam ter ou não tempo de vinculação associativa, condição essa que discrepa daquela prevista para o Conselho Fiscal, também integrado por associados, mas com a ressalva, e hoje aprovamos definitivamente, já era assim, que esses associados hão de ter 5 anos de vínculo associativo. Vou dar a figura metafórica: Será que o cidadão, associada ou associado que ingressou ontem após a Comissão de Sindicância aprová-lo, já pode se habilitar a se candidatar à Comissão de Governança? Tenho para mim, com a devida vênia, que não, porque, primeiro que estaríamos dando tratamento diverso ao conferido ao Conselho Fiscal e, segundo, porque ele tem de ter o mínimo de participação dentro do Esporte Clube Pinheiros para poder integrar este órgão, que é do maior relevo e da maior importância. O mesmo se diga com relação à remuneração, como o Ilustre Conselheiro Andreas Dr. Fein aqui enfatizou. Não há a mínima condição, se vierem elementos externos – será enorme honra para figurar no currículo que eles pertencem a um órgão de governança corporativa e *Compliance* da grandeza, do maior Clube da América Latina, o maior Clube olímpico do Brasil. Então, também sou contrário a essa proposta da Comissão Jurídica. A única irrisignação que tenho com relação à Comissão Especial é não ter estabelecido a questão dos 5 anos. Mas isto, tendo em vista que pode haver uma contradição veemente com o tratamento dado ao Conselho Fiscal, a Comissão de Redação poderia suprir esses fatos, dê que aprovada em primeira votação a proposta principal. Como também V.Sa. ou a Egrégia Mesa têm poderes de fazer uma proposta para aplainar essas situações. Não vou aqui repetir o que dissera no aparte, com as vênias da Comissão Jurídica, nada obstante extraordinário trabalho por ela realizado, o que expressamente reconheço, entendo que não se afigura possível elegermos integrantes da pretendida Comissão e, e depois fazermos uma reunião para destituí-los. O legislador propõe normas para viger por um tempo razoavelmente estável. Amanhã alguém poderá propor a destituição, tirante os casos previstos no ordenamento institucional de alguém a quem conferido tempo certo de mandato e isso não configura uma situação adequada. Se V.Sa. me permitir, por deliberação da Mesa eu tenho direito a cinco minutos, se V.Sa. me permitir só para poder concluir.

Presidente – Está concedido, Dr. Manssur.

José Manssur – Esses pontos são vitais, porque foram trazidos pela Comissão Jurídica. Então, veja, Presidente, eu coloco aqui, longe de mim querendo orientar as senhoras e os senhores, há espaço para nós retirarmos de pauta e com a recomendação, porque ela tem preferência na Ordem do Dia, de no prazo máximo – Eu coloco aqui com o máximo respeito, Dra. Alessandra – de 45 a 60 dias nós escoimarmos essas situações que eu coloquei aqui, que realmente são discrepantes, fazermos o projeto, aproveitando, como a própria douta Comissão Jurídica falou, 99% é aproveitável. Fixarmos essas diretrizes, superarmos as dúvidas que o Conselheiro Arlindo colocou e bem, para que nós tenhamos esta integração com harmonia, com lógica e sem divergirmos de determinações estatutárias, porque qualquer que seja essa decisão, ela tem de ser levada à deliberação do órgão maior deste Clube, que é o expressivo corpo associativo em Assembleia Geral. Então, tenho essa proposta de retirada de pauta, fixando-se um prazo de 45 dias para escoimarmos de eventuais incongruências à proposta da Comissão Especial, aproveitando o que for de rigor da Comissão Jurídica, afastadas estas situações, com máximo respeito e

acatamento. E assim, Sr. Presidente, nós não deliberaríamos sobre o mérito da proposta, porque se houver decisão de mérito, já foi citado aqui e eu fiz esse estudo, a teor do Art. 60, parágrafo 5º da Constituição Federal, que é a lei das leis e se aplica subsidiariamente ao Estatuto Social do ECP que é a Constituição do Clube. Se porventura rejeitadas ou consideradas prejudicadas somente na próxima legislatura é que poderão vir à tona. Então, é um risco que nós corremos se porventura não se aprovar essa retirada por este tempo, às finalidades de depurar os pontos indicados. Em síntese se nós enfrentarmos o mérito e tivermos decisão pela rejeição ficaremos privados, por um longo tempo, de discutir sobre a criação de um órgão vital, essencial a este Clube modelar e que foi objeto de um trabalho hercúleo por ilustres Conselheiras e Conselheiros desta Casa e deste Clube. É o que proponho com o mais absoluto respeito e acatamento, Sr. Presidente.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte) – ... Gostaria de perguntar se o senhor concordaria, que a proposta que fiz para retirada de pauta vai ao encontro daquilo que o senhor está propondo. Até pedi para nossa dirigente Secretária Maria de Lourdes Fonseca, a Lurdinha, queria perguntar se o senhor concordaria. Minha proposta para retirada de pauta é vazada nos seguintes termos: Nós tiraríamos de pauta a proposta apresentada pela Comissão Especial para a criação de uma Comissão que num prazo de 60 dias apresentaria um relatório, a contar da nomeação desta Comissão. Comissão esta que seria integrada por todos os Membros da Comissão Especial que fizeram um excelente trabalho, os Membros da Comissão Permanente Jurídica que apresentaram emendas, o Conselheiro Luiz Carlos Junqueira que também apresentou emendas e ex-Presidentes da Diretoria ou do Conselho, que aí é competência da Mesa do Conselho, que o Presidente Guilherme Reis decidir nomear.

...

José Manssur – Como sempre, com o brilho que lhe é peculiar, o senhor está com toda razão e vou lhe dizer por que sem qualquer paixão, Sras. e Srs. Conselheiros, sem qualquer paixão. Pela ordem sempre de forma exemplar conduzida pelo Dr. Guilherme, o que aconteceria, Dr. Lima? Terminou a discussão, ele tem de colocar a substitutiva. Com todas as vênias, Dr. Paulino, pelo que eu coloquei aqui, a substitutiva não passa, então, ela está rejeitada. Aproveitá-la depois será um problema. Aí vem a modificativa do meu dileto colega, Dr. Junqueira. Com exceção da de inclusão, que é excepcional e cabível, a outra de remuneração já padece a meu sentir de quebra de uma igualdade, de uma isonomia aqui. Poderia vir a ser rejeitada e talvez nem se salvasse a dela da inclusão e nós estaríamos com essa dificuldade. Aí o senhor colocaria a principal e não sei o que o Conselho vai decidir com relação à principal, se ficará 1, 2 ou 3: sim, não ou abstenção. Não sei como ficará. Então, a cautela, a prudência de quem já aguardou quatro anos, poderia aguardar 45 ou 60 dias, aqui eu me curvo. Fazermos esses ajustes necessários e trazermos, como esta excepcional Conselheira Dra. Berenice Gazoni aqui disse, de forma definitiva e concreta a criação de um órgão vital à higidez permanente do Esporte Clube Pinheiros. É como voto, Sr. Presidente.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Efetivo José Manssur. Conselheiro Paulo Paradedda. Apenas esclarecer, Conselheiro Paradedda, esta Presidência jamais vai cassar a palavra de qualquer Conselheiro desta Casa, apenas gostaria que houvesse respeito às nossas normas com relação ao uso dos nossos microfones de aparte. Por isso que pedi a V.Sa. que fizesse uso da palavra desta tribuna. Vossa Senhoria tem a palavra.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Muito obrigado. Bom, tinha aberto mão da palavra para falar sobre o assunto, mas como voltei aqui, antes de responder ao Toni Moreno eu vou falar sobre essa questão. Foi nomeada essa Comissão de especialistas e notáveis já há bastante tempo. E pela primeira vez no tempo que sou sócio Conselheiro eu tive oportunidade de ver uma Comissão que realmente abriu as portas para que todos participassem. Foram vários e-mails recebidos do senhor, democraticamente franqueando a todos nós que participássemos on-line, pessoalmente etc. As pessoas nomeadas são especialistas no assunto e fizeram um trabalho que considero excelente. Li o que foi feito. Entendo que haja divergências aqui ou acolá, é normal. Mas nós somos representantes dos sócios. Me parece que uma parte dos Conselheiros, não digo todos, mas alguns não consegue realmente entender isso. Falo isso tranquilamente, porque escrevo, gravo e falo de peito aberto para quem quiser ouvir. Então, quem entrar em Pais Pinheirenses, em grupos da família, eu falo lá diariamente. Nós somos representantes dos sócios. Sócios são os donos do Clube, os sócios querem a governança e o compliance. O sócio não quer que seja retirado, os sócios estão assistindo pelo YouTube, os sócios estão vendo quem veio aqui falar contra e quem veio falar a favor, mas cada um decide da melhor forma. O sócio quer essa Comissão. Então, se isso não for o bastante para a gente deixar – Também sou advogado, poderia falar aqui no juridiquês, mas não vou porque estamos num Clube e sempre falo: isso aqui não é um tribunal, é um Clube – o sócio quer e a gente deveria aprovar, porque eles trabalharam muito. Abriram as portas, todo mundo tinha ciência. Aí chega hoje aqui, em vez de votar, é um vendaval de crítica, de não sabia, temos de melhorar, temos de fazer. Por que não falaram antes que não estavam satisfeitos, que tinham emendas a fazer? Sabe, é uma coisa que não cabe mais. Em 2025, no estado em que o Clube está, o Presidente Fiore assumiu o Clube. O Clube deflagrado, conflagrado, todo mundo brigando, um pau do caramba, uma briga, coisas horrorosas. E a gente vem aqui numa coisa que é importantíssima para o sócio e vocês falam: Não, vamos tirar, pode perder, só no ano que vem etc. Não cabe mais, perdoem-me se estiver enganado. Mas acho que não estou. Então, essa é minha opinião, meu voto é a favor do que está colocado, porque é a vontade do sócio e fui eleito pelo sócio. Esse é o item 1. Com relação ao que o senhor falou. A partir do momento que o senhor levanta para pedir que alguém seja punido é que a língua está comendo o cachorro, entendeu? O senhor levantar para pedir que eu seja punido é que acabou, nós estamos chegando ao fim. Ou a gente muda tudo ou acabou o Clube. ... Não dá. O senhor nem ouviu o que eu falei. Não falei absolutamente nada que os ex-Presidentes não entendem nada, não falei nada disso. Só falei, falo isso e escrevo, está escrito e gravado, o senhor já viu. Eu acho que os ex-Presidentes prestaram todos os seus serviços. Muito obrigado. Deixa o Clube andar, deixa tocar o Clube para frente, para as pessoas mais novas, para as pessoas que ouvem os sócios e não somente seu próprio grupo e não somente seus próprios interesses. O Clube tem 39 mil sócios, não é o senhor que tem de vir aqui falar porque isso, aquilo, o senhor acha ou deixa de achar. O senhor ouviu o sócio?

Antonio Moreno Neto (fora do microfone) – Sim.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – O senhor teve oportunidade de ir lá ver o que aconteceu? Por que o senhor não se manifestou com essa ênfase que o senhor veio aqui durante os trabalhos da Comissão? Essa é a questão. Vocês vêm aqui somente no dia, deixa o negócio andar, quando chega na hora do vamos ver, a agora vamos tirar...

Arlindo Virgílio Machado Moura (fora do microfone) – Está completamente enganado.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Não estou enganado, Dr. Arlindo, o senhor me perdoe. Não interrompi sua fala.

Presidente – Por favor, vamos respeitar o Conselheiro que está na tribuna.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Não dei aparte.

Presidente – O Conselheiro tem a palavra.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Então, minha manifestação é nesse sentido, pela aprovação e pelo que o senhor falou e a maioria das pessoas sabe aqui, não tem nem o que dizer, é deixar para lá e esquecer. Obrigado.

Cândido Padin Neto – Presidente, só tenho uma dúvida, não sei se o Dr. Manssur poderia me esclarecer. São muito poucas as divergências, muitas já foram esclarecidas, até estou apto para votar essas divergências. Muitas das divergências mais drásticas já foram até esclarecidas pela própria Comissão. A Casa poderia abraçar essas modificações agora e nós votarmos? Como o Dr. Manssur falou sobre a remuneração. Porque nós ficamos aqui debatendo e no fim vamos retirar de pauta.

Presidente – Conselheiro Padin, deixe-me esclarecer ao Plenário, até porque nós estamos às 23h40 e devemos respeito não somente aos Conselheiros, mas aos associados que estão nos assistindo. Há um pedido regimental de retirada de pauta e eu preciso submeter ao Plenário esse pedido. Se o pedido de retirada de pauta não for acolhido nós então iremos deliberar a respeito da proposta encaminhada aos senhores. Depois disso, claro, vou submeter ao Plenário o requerimento de votação nominal. Isso é regimental, nós temos de respeitar as nossas regras aqui. Será desta forma que faremos.

Cândido Padin Neto – Somente pedi. E como houve um acerto pela própria Comissão das mudanças, poderia ser votada essas mudanças.

Presidente – Vamos, primeiramente, até para que todos estejamos alinhados. Há um pedido regimental de retirada de pauta...

José Manssur – Sr. Presidente. ... O senhor poderia fazer o obséquio, se assim o senhor entender, de declarar encerrada a discussão.

Presidente – Não tenha dúvida.

Marcia Jahnel Passoni - Sr. Presidente. ... Só para retificar minha solicitação, o voto nominal também é para o pedido de retirada de pauta ou não, só quero esclarecer. Muito obrigada.

Presidente – Conselheira, eu tenho de submeter ao Plenário se teremos ou não votação nominal.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Sr. Presidente, só uma questão. O número aqui já não está nominal?

Presidente – Hoje nosso sistema não permite fazer a identificação do votante, o aparelhinho apesar de parecer diferente, não deixa de ser uma votação simbólica, não passou a ser uma votação nominal mas podemos incrementar isso se a Casa assim desejar num futuro próximo.

Paulo Sergio Machado Izar – Caso seja aprovado nominal, por favor, pela lista de assinatura de presença de entrada, por favor.

Presidente – Não tenha dúvida. Para a votação de retirada de pauta nós vamos adotar o token. Vamos projetar o quesito, por favor. Antes disso, claro, está encerrada a discussão. Vamos à votação, lembrando claro que iremos primeiramente analisar o pedido de retirada de pauta, em seguida, se rejeitado, faremos então o requerimento de votação nominal.

Marcia Jahnel Passoni – Sr. Presidente, desculpa, aprendi com o Dr. Manssur na Comissão de alterações de ordenamentos, até queria comunicar ao ex-Presidente Arlindo, que acho que ele não sabe. Eu quero que tudo seja nominal, pedi para tudo.

Presidente – Mas o Plenário precisa decidir.

Marcia Jahnel Passoni - Sei, somente estou sugerindo.

Presidente – Não sou eu que decide, é o Plenário que vai decidir.

Marcia Jahnel Passoni - Mas tudo nominal.

Presidente – O Plenário irá decidir.

Paulo Sergio Machado Izar – Presidente, acho que o que a Conselheira está querendo dizer é que antes de submeter essa, submeter primeiro se vai ser nominal ou não.

Marcia Jahnel Passoni - Obrigada. É isso.

Presidente – Conselheiro Izar, entendo. Vamos organizar os trabalhos. O que estou entendendo dos requerimentos submetidos à Mesa foi, primeiramente o pedido de retirada de pauta. A questão da votação nominal diz propriamente ao mérito da proposta. Então, primeiro vamos encaminhar a votação de retirada de pauta, se for rejeitada, aí sim submeterei ao Plenário se com relação à proposta, propriamente dito, ao mérito, a votação dar-se-á nominalmente ou não. Podemos projetar o quesito?

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa (fora do microfone) – Presidente, pela ordem.

Presidente – Tem alguma dúvida? Conselheira, por favor, é que não consigo ouvir.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Pelo que entendi, a Conselheira veio aqui pedir para que seja votado nominalmente a retirada de pauta, esse também foi o pedido dela. Ela quer que esta votação também seja nominal. Foi isso ou não?

Marcia Jahnel Passoni (fora do microfone) – Isso.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Então, assim, se isso pode ou não cabe o senhor falar: Não, esta retirada de pauta não será nominal. Mas esse foi o pedido dela.

Presidente – Conselheira, mas a mim e é a decisão que tomei, é que não faz sentido nós votarmos um requerimento de votação nominal tendo um pedido de retirada de pauta.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Entendi.

Presidente – E o efeito na prática é o mesmo.

Ana Lucia Freitas Schmitt Correa – Não, deixe-me somente falar uma coisa. ... Entendo, somente queria que ficasse claro que a decisão de não ser nominal foi uma decisão da Presidência, porque ela pediu esse nominal. Se quer que seja nominal a retirada de pauta deve ter o motivo dela. É somente isso, Presidente. Mas a decisão é sua.

Presidente – Quero ouvir a Conselheira para entender os motivos, ainda não entendi.

Marcia Jahnel Passoni - Obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar ser mais clara possível. Pedi sim que até esse pedido de retirada de pauta seja nominal, para que tenhamos pelo menos no pedido de retirada de pauta um pouco de transparência para o associado. Quero sim, foi isso que pedi.

Presidente – Conselheira, deixe-me esclarecer. Para que a votação passe a ser nominal, o Plenário precisa deliberar, esse é o encaminhamento que a Presidência faz ao Plenário. Está esclarecido?

Marcia Jahnel Passoni - Está, mas o Dr. Manssur me ensinou...

Presidente – Vou ser mais claro ainda, Conselheira. Conselheira, vou tomar a liberdade, até em respeito à senhora. O nosso Regimento Interno, em seu Art. 73, diz: A votação nominal somente ocorrerá a requerimento de Conselheiro presente, com aprovação do Plenário. Então, o Plenário precisa aprovar.

Marcia Jahnel Passoni - Obrigada.

Presidente – Conselheiros, por favor, gostaria de saber se o Plenário está esclarecido, podemos submeter o quesito à votação do Plenário? (Pausa) Conselheiro Olavo, por favor.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – O que compreendi foi que existia um pedido, existia um segundo pedido de retirada de pauta. E agora tem um terceiro pedido para que esse pedido de retirada de pauta seja decidido pelo Plenário se será nominal ou não. Então, são três itens.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Se não for isso, acho que alguém vai cometer algum erro, mas que fique claro que esse pedido é claramente para que esta pauta retirada seja decidida em Plenário se será nominal ou não.

Presidente – Está decidido, nós vamos submeter à votação.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta formulada por Conselheiro, de retirada de pauta do processo CD-01/2023, a fim de que seja formada uma Comissão integrada pelos membros da atual Comissão Especial, pelos membros da Comissão Permanente Jurídica, pelo Conselheiro Luiz Carlos Junqueira Franco Filho e por Conselheiros Efetivos, com a finalidade de apresentar uma nova proposta, compilando o projeto original e emendas, acrescida de novas sugestões, dentro de 60 dias da nomeação?

Resultado: 91 votos SIM, 50 votos NÃO, NENHUMA ABSTENÇÃO.

Presidente – Foi então aprovado o pedido de retirada de pauta dos processos CD-25/2024 e CD-24/2024.

Presidente – Está então aprovada a proposta formulada por Conselheiro, de retirada de pauta, a fim de que seja formada uma Comissão integrada pelos membros da atual Comissão Especial, pelos membros da Comissão Permanente Jurídica, pelo Conselheiro Luiz Carlos Junqueira Franco Filho e por Conselheiros Efetivos, com a finalidade de apresentar uma nova proposta, no prazo de 60 dias. Senhores, falta dez minutos para meia-noite. Quero consultar o Plenário se devemos encerrar os trabalhos ou podemos...

Sérgio Henrique de Sá – Sr. Presidente, acho que a despeito de qualquer coisa, consulte o Plenário se a gente poderá seguir até pelo menos meia-noite e quinze.

Presidente – Vou submeter ao Plenário.

Sérgio Henrique de Sá – Senhores, a gente está na 1ª Reunião da gestão do meu caríssimo Dr. André Fiore, acho que seria necessário a gente poder pelo menos terminar os trabalhos.

Presidente – Senhores, eu gostaria de ouvir o Plenário, já que são dez para meia-noite, podemos prorrogar os trabalhos por mais 20 minutos?

José Manssur – Sr. Presidente. ... Tendo em vista essa prorrogação, é a participação da nova Presidência, consulto V.Sa. se poderia haver a inversão da Ordem do Dia, porquanto Voz do Conselheiro e Várias tem uma zona praticamente limítrofe e nós já ingressaríamos em Várias, porque há necessidade de se fazer uma manifestação um pouco mais concreta a respeito da presença da Presidência nesta reunião. Mas submeto à apreciação do senhor.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Presidente, eu me oponho à sugestão do Dr. Manssur.

José Manssur – Então, eu retiro o pedido em homenagem a Sra. Vanessa.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu vou falar em Voz do Conselheiro.

Item 4 - “A Voz do Conselheiro”

Pronunciamentos:

Paulo Roberto Antunes – ... São três assuntos que a gente vem discutindo ali nas redes sociais, que os associados pediram para trazer novamente aqui. (Projeção) Na reunião passada eu tinha falado sobre o campo B, que ele não tinha sido aprovado nos testes da FIFA. Então, eu trouxe aqui o print do relatório da FIFA (Projeção), está indicado ali qual foi o item que a gente não passou, então, na realidade a gente tem uma grama que não é FIFA. Se fez uma licitação, tudo que era FIFA, era FIFA, era FIFA e esse laudo ele não dá aprovado, ele não aprova o campo não pelo tamanho, a gente sabia que pelo tamanho jamais seria aprovado, mas ele não aprova porque não tem os índices técnicos do campo. Ou seja, a gente fez uma licitação, na minha modesta opinião direcionada para uma empresa e a gente não conseguiu nem acertar que ela não é FIFA. Então, nós pagamos R\$1,100 milhão a mais para uma grama que não é FIFA. Dizem as más línguas, fofoca, vamos falar como fofoca, que todo mundo sabia que a grama que estava sendo instalada não seria aprovada pela FIFA, isso é fofoca, mas é o que está rolando por aí. Então, esse é o primeiro item do campo B. Segundo: Jorginho, coloca o parecer (Projeção) Dá para diminuir para todo mundo poder ler? Esse é o parecer que está no processo do telhado. O processo do telhado, para quem não sabe, abriram uma representação contra a minha pessoa, nosso ex-Presidente Brazolin abriu, tentando me calar. Na realidade, o processo que ele abriu, a representação que ele abriu – não sou advogado – mas para mim ele não conseguiu ver as datas das petições que tem no processo. Este é o laudo do perito. Não vou ler, mas vou deixar um tempo para vocês lerem a respeito do telhado que está ali no Poli. Por favor, vocês podem tirar a conclusão melhor. (Pausa) Jorginho, pode aumentar ou apagar a luz? (Pausa) Isso está no processo judicial, tá?

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Seria mais fácil você ler.

Paulo Roberto Antunes – Eu te mando pelo WhatsApp.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Tem de fazer parte da ata.

Paulo Roberto Antunes – Passo para a ata. Estou sendo representado na CPPJ porque estou no processo.

Presidente – Conselheiro Antunes, não entendi.

Paulo Roberto Antunes – Eles não estão conseguindo ler e querem que eu leia. Posso dar esse papel para colocar na ata o que está escrito. Em vez de eu ler inteiro, coloca na ata a conclusão do item do perito, tá? (Projeção) E tem o último slide que pedi para projetar.

No começo do processo, o advogado do Clube perguntou: Senhor perito, tem conhecimento de que em 03/10/2020 a Comissão de Obras emitiu um detalhado relatório sobre a obra troca da cobertura do Conjunto Desportivo Villaboim e respectivos anexos. Ou seja, em janeiro, o advogado do Clube já pediu esse negócio lá no processo e o Brazolin resolveu abrir uma representação, falando que eu fui me meter nisso. Quando fui atrás disso, o advogado já tinha pedido no processo. Então, realmente uma denúncia caluniosa que acontece neste Clube para tentar nos calar. Mas não dá para calar, em função dos fatos. Então, é sobre isso que vim falar. Obrigado. Boa noite. (Anexos 1 e 2).

Presidente – Conselheiro...

Carlos Alexandre Brazolin – Presidente, eu acho que caluniosa é mais ou menos falar meia verdade, porque o que o Conselheiro fez foi interferir e ligar para peritos que estavam julgando, querendo mudar as ideias deles. O Conselho tem suas atribuições, a Diretoria tem as dela. Existem advogados da Diretoria defendendo o Clube, que foram atrapalhados pela interferência do Conselheiro. Então, por isso foi aberta uma representação. Normal, isso daí é uma atribuição de quem a possa fazer. Sentiu-se ofendido ou alguma coisa não deveria tentar interferir num processo em que o Clube é parte. Eu estava ali representando o Esporte Clube Pinheiros, com CNPJ, como acredito que o Presidente Fiore também o faria. Então, antes de se falar meia verdade, veja se o senhor não interferiu num processo.

Paulo Roberto Antunes – Não interferi, sabe por que, Brazolin?

Carlos Alexandre Brazolin – Desculpa, Conselheiro, não estou falando com o senhor.

Presidente – Conselheiro Paulo Roberto Antunes, não há debate, por favor.

Carlos Alexandre Brazolin – Não estou falando com o senhor.

Paulo Roberto Antunes – Meia verdade, Guilherme?

Carlos Alexandre Brazolin – Meia verdade.

Paulo Roberto Antunes – Não é meia verdade, você mentiu no processo.

Presidente – Conselheiro, eu vou conceder, o senhor pode se dirigir à tribuna, por gentileza?

Paulo Roberto Antunes – Claro.

José Manssur (fora do microfone) – Sr. Presidente, solicitaria que o senhor prorrogasse por mais meia hora.

Presidente – Vou consultar o Plenário.

Paulo Roberto Antunes – A representação foi feita com base em que eu entrei em contato com o perito para saber se ele tinha conhecimento deste relatório que foi feito pela Comissão de Obras. Quando eu mandei esta pergunta, não enviei nenhum relatório

para o perito, eu perguntei pra ele se ele tinha conhecimento, porque já no processo o nosso advogado perguntava a respeito desse relatório da Comissão de Obras. Então, não houve interferência nenhuma, não enviei o relatório, inclusive o relatório não foi colocado no processo até hoje. Nosso advogado fez uma pergunta que o perito não pode responder por que ele não recebeu o relatório. Assim, se muda as datas conforme a conveniência, então, não existe meia verdade.

Cândido Padin Neto – Me permita um aparte, por favor?

Presidente – Conselheiro Padin, não há aparte.

Cândido Padin Neto – Por acaso eu poderia à Presidência?

Presidente – Um aparte?

Cândido Padin Neto – Não, uma pergunta à Presidência para pedir à Diretoria no caso.

Presidente – Formule esse requerimento e deliberarei.

Cândido Padin Neto – Posso formular aqui?

Presidente – Não no item “A Voz do Conselheiro”. Em seguida V.Sa. poderá fazê-lo. ... Eu havia solicitado uma prorrogação de 20 minutos, podemos prorrogar por mais 10 minutos? (O Plenário concorda).

...

“Sérgio Henrique de Sá – ... A minha questão é breve e relevante para esta Voz do Conselheiro. Importante, pois trago à menção duas Diretorias: a anterior, que aproveito para parabenizar, especialmente ao meu amigo Carlos Brazolin – com todo respeito, realmente foram adquiridas aquelas portas dos chuveiros existentes nos vestiários. E, Fiore, cabe a ti agora prosseguir com esta medida de maneira similar em todos os demais vestiários masculinos, de acordo com um cronograma factível. Já conversei com o atual Diretor de Patrimônio, meu estimado Cássio – as portas a que me refiro, senhoras e senhores, adquiridas pela Diretoria anterior, dizem respeito a uma necessidade antiga relacionada à modernização dos vestiários para obtenção de maior privacidade para pré-adolescente e crianças no banho. Os vestiários, como todos sabemos, demandavam atenção urgente quanto à sua estrutura e privacidade. Felizmente, esse tema foi acolhido com a devida seriedade pela Diretoria anterior, que iniciou o processo, e agora, com a atual gestão, foi possível acelerar e concluir essa importante melhoria. As portas foram instaladas – portas modernas, funcionais, o que já é um grande avanço. O que quero destacar é que já conversei com o Cássio, com o Fiore, e tudo foi conduzido com clareza e responsabilidade. Falo aqui com convicção e respeito às associadas e associados, principalmente aos pais e mães, como a esposa do meu querido colega Renato Sano, que sempre nos trouxe contribuições importantes. Portanto, comunico a todos os conselheiros e sócios que a medida foi implantada, assegurando mais conforto e, principalmente, mais privacidade às nossas crianças e pré-adolescentes. E, com muito orgulho, encerro parodiando nosso querido Brazolin: ‘Isso é Pinheiros’. Um grande abraço. Boa noite.”

Ricardo Vieira de Souza – ... Fiz um Protocolado 754, de 04/04/25, para a Diretoria anterior, reclamando de duas questões que recebi. Uma que a loja Bayard não estava disponibilizando questões relacionadas a artigos de higiene e recebi como resposta: Que isso não era business da loja. Estou solicitando aqui à nova Diretoria para que reavalie isso, por quê? A antiga loja Best Fit vendia artigos de higiene, inclusive para mulheres. Foi essa a reclamação que recebi. Entendo que a loja tem de representar o corpo associativo e os anseios dos associados. Entendo que a Bayard venda artigos esportivos, mas só que ela poderia fazer uma concessão e se adequar a essa realidade do Clube. Também recebi uma reclamação referente ao Bar do Boliche, que está com a máquina de gelo quebrada há mais de um ano. E o Clube, para suprir essa necessidade tem adquirido gelo. Queria pedir também para a nova Diretoria verificar essa questão, porque se o Clube tem a possibilidade e orçamento de comprar uma máquina de gelo, para que ter uma despesa desnecessária tendo de adquirir gelo para suprir essa necessidade. Por fim, Sr. Presidente, como tenho mais um minuto ainda, pedir à nova Diretoria também uma atenção especial aos banheiros, onde os serviços da empresa terceirizada são prestados, porque recebo diversas reclamações que esses banheiros não estão sendo limpos de uma maneira adequada em comparativo com os vestiários, que os próprios funcionários do Clube fazem essa função são extremamente melhores, são extremamente mais bem conservados que esses banheiros. Pedir à Diretoria que está assumindo para que seja verificada essa questão de melhoria junto a esses banheiros que são limpos pela empresa terceirizada. Muito obrigado. Boa noite a todos.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – ... Vou trazer algumas questões que estão sendo colocadas por sócios. A primeira delas é o cumprimento da regra de quatro anos para Diretores. A regra existe, vige, mas não foi aplicada. E aí se tem mais uma vez, lembrando, somos um Clube, sem entrar no juridiquês, como será aplicada. O sócio não está satisfeito com a resposta que a gente tem dado: Ah, tem que ver se ainda vale agora, se vale para trás, se vale daqui para frente etc. Minha percepção é que o próprio Diretor que tenha cumprido os quatro anos ou hoje já esteja há mais de quatro anos deveria pedir para sair, que a regra existe, está aí e se fosse eu não ficaria. Se assim não for, que então a Diretoria desligasse, porque a regra é quatro anos. Então, esse é o primeiro. Segundo, é a falta do voto aberto. A gente viu hoje aqui a celeuma que criou. Existe a proposta já, mas também não há implementação. Então, o sócio quer saber como seu Conselheiro votou e podem ter certeza que isso vai pesar muito nas próximas eleições. Não sei se estão acompanhando isso, mas me parece que sim. Sobe e desce a mesma coisa, está na hora de terminar. Faz tempo que deveria ter terminado. Manutenção do Clube, a do dia a dia é uma reclamação geral todos os dias diversas vezes. Foram inaugurar acho que a Brinquedoteca, fazer uma festa de X anos de construção e quando foram ver tinha uma parede toda embolorada, uma coisa horrorosa. Os banheiros, as quadras etc., um monte de coisa que está feia, está horrorosa. Cria-se uma equipe de manutenção permanente, três pessoas que rodem o Clube o tempo todo e vão manutenindo aquelas coisas que se vê a olhos vivos. É tão fácil isso, a cada 15, 20 dias passa no mesmo ponto de novo, como se fosse o segurança da garagem, que passa com o cartão para provar que passou lá. A equipe de manutenção passa também, vai lá e conserta, é tão fácil, né? Três pessoas, vão lá e vamos consertando, não vamos deixar quebrar, o sócio reclamar, ficar bravo. O banheiro infantil lá da Brinquedoteca está horrível, a coisa está quebrada. Não sei por que esse motivo. O prédio do Judô chove há 30 anos dentro quando cai temporal. Continua chovendo e tudo bem. São questões que acho que são simples de resolver. Outra coisa, a gente já fez algumas vezes, acho que também uma questão de baixo custo e muito

importante, que é iluminação do quadrilátero das nossas ruas a partir dos nossos muros. A gente tem áreas muito escuras – Só mais um minutinho, por favor – nós temos áreas muito escuras e muitos sócios à noite chegam e saem do Clube a pé, de bicicleta, de patinete etc., e ficam ali sujeitos a assaltos e agressões. Então, um dos nossos muros com alguma iluminação, a gente ilumina as ruas, coloca câmeras ali e nossos seguranças poderão ver e acionar a Polícia em caso de necessidade. Temos também um requerimento de alteração de regras de acompanhantes, que seria para que os pais, um ou outro pai, um avô ou outro avô pudessem acompanhar as crianças não sócias, que hoje não pode. A babá pode, os parentes não podem. Então, isso também tem repercutido bastante. Era somente isso mesmo. Agradeço.

Item 5 - Várias.

Pronunciamentos:

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – ... Senhores, é o seguinte, muita gente não quer que eu fale aqui. O que tenho para falar não é fácil, não é simples e prescinde de um mínimo de compliance e de governança que nós não temos. Eu estava chegando ao estacionamento com meu filho, às 6h15 da tarde, quando vi um garoto tremendo e chorando ao lado da portaria. O porteiro virado para o computador sem acessar o garoto. Era um menor claramente, um garoto grande, mas menor. Entrei, levei meu filho à Esgrima. Quando cheguei à Esgrima, eu, mãe, sócia desde os 7 anos, atleta, moradora de rua, ao lado da escola de deficientes método, onde tem um monte de crianças com espectro autista. Falei assim: Preciso voltar àquela portaria. Voltei à portaria, o garoto continuava chorando lá do lado e o porteiro virado sem atendê-lo. Cheguei para o porteiro e falei: O senhor não vai atender esta criança. O porteiro falou: Estou ocupado. Falei: Então, o senhor tem de chamar alguém para atender medicamente ou minimamente ouvir o que está acontecendo com essa criança. E a criança repetia continuamente: Roubaram minha mochila, roubaram minha mochila no Poliesportivo e tremia e chorava. Eu estou aqui juramentada, Dr. Presidente, estou juramentada aqui. Falei para o porteiro: Por favor, chame alguém. Ele falou: Por que vou chamar? Falei: Porque sou Conselheira e vou acompanhar esta criança até que esteja em mãos dos responsáveis dela. O porteiro chamou a supervisora, que chegou à portaria me acusando de agredir verbalmente o porteiro. A supervisora chegou me acusando. Falei para ela: Senhora, veja bem, estou aqui como Conselheira para averiguar o que está acontecendo com essa criança que está aqui. Vem aqui ver. Nós nos aproximamos da criança e falei: Vamos perguntar o nome da criança. Perguntamos e a criança falou seu nome completo e eu conhecia o sobrenome. Falei assim: Você é parente desta pessoa? A criança respondeu: É meu tio. Falei: Posso ligar para seu tio? Ele falou: Pode. A minha mochila foi furtada, foi roubada no Poliesportivo no 4º andar. Telefonei para o tio da criança, que me falou que estava ocupado e me deu o telefone da mãe da criança. Telefonei para a mãe da criança, ela falou que ia sair mais cedo do trabalho para buscar a criança. Neste momento, chegaram dois seguranças. Chegou um segurança muito alto, um homem alto, grande, forte, que veio me acusando de ter verbalmente agredido o porteiro. Eu falei: Não, eu não agredi o porteiro, pedi simplesmente que ele chamasse alguém para atender essa criança que está aqui. Olha aqui a criança. A criança está dizendo que foi furtada, conheço a mãe e estou telefonando. Só que esse segurança me disse o seguinte, Dr. Presidente: A senhora agrediu verbalmente o porteiro, a senhora tem de ir à sala de segurança

conversar comigo e com o chefe da segurança agora. Falei: Não posso ir à sala de segurança, não vou sair daqui enquanto não vir que esta criança está com o problema dela resolvido e endereçado. Naquele momento, passava uma garota que reconheceu o menino e falou assim: Por que você está tão desesperado, está chorando? Ele falou: A minha mochila foi furtada no 4º andar do Poliesportivo. Aí a menina falou: Calma, vamos pensar, você estava naquela aula comigo, lembra? Vamos pensar o que aconteceu e a criança começou a se acalmar. Telefonei para a mãe da criança, que tinha pego o telefone com o tio, a mãe falou ao celular com a criança. A criança respirou e falou: Puxa, é mesmo, talvez tenha deixado a mochila em outro armário. Veja bem, uma criança que reconheci como espectro autista. Tratei com a maior discrição, a maior responsabilidade. O meu tempo, o meu tempo, o meu dever de Conselheira eu falei: Vou acompanhar essas crianças. Avisei esse segurança enorme de que iria acompanhar as crianças até o térreo do Poliesportivo, de lá voltaria para ir à sala de segurança, já que o segurança estava me intimando a ir à sala de segurança, Presidente. Acompanhei a criança com a menina até a porta do Poliesportivo. Esse filme sumiu, o filme que estou acompanhando a criança do estacionamento até o Poliesportivo sumiu, por quê? Porque isso ocorreu em maio de 2024, doutor. Esse problema, essa situação com essa criança ocorreu em maio de 2024. E na semana passada eu estava sentada na CPPJ, onde me foi cerceado o direito de defesa, porque me disseram que o Marcelinho não conseguia digitar. Em 2025, que a gente tem um monte de software, que o professor vai falando e o computador vai falando tudo que é falado na sala, me foi dito que o Marcelinho não conseguia digitar. E toda vez que começava a falar para me defender, me falavam para não falar, me falavam para não falar, me falavam que eu tinha de ter respeito, me falavam que eu tinha de respeitar a Câmara de Processamento e Julgamento, onde eu já vi as coisas mais estapafúrdias que este Clube pode imaginar. O meu filho já teve o celular furtado neste Clube, em 2019, quando eu apresentei aqui sobre o que chamaram de coworking. Mas fiz uma pesquisa com o sócio sobre ergonomia, pessoas que trabalhavam on-line, remotamente. Em 2019 fiz essa pesquisa, fui apresentar aqui e um pouco antes de apresentar sentou em minha frente o maravilhoso Jorge Ehrhardt, saudoso Jorge Ehrhardt, falando-me que eu não podia apresentar sobre ergonomia e coworking naquela noite, porque o Conselho ia discutir alguma questão importante, querendo me calar. Eu falei: Não, Jorge, eu fiz 20 dias de pesquisa com o sócio, tem tempo durante a reunião para que eu fale e expresse essa questão. Naquela noite, enquanto eu apresentava aqui, o meu filho saiu do treinamento de goleiro – Ele tinha 9 anos – e furtaram o celular dele no Bar do Boliche. A segurança nunca pegou a câmera para ver quem furtou o celular. Foi feito um RO, onde disseram que meu filho perdeu o celular, perdeu o celular. Ele foi furtado. Eu passei por julgamentos, onde pessoas que estão sentadas aqui tiveram a cara de me suspender durante as eleições para que eu não pudesse concorrer à eleição como Conselheira. Eu sei muito bem quem são essas pessoas e não esqueço as pessoas que estiveram nesse julgamento como vogais e que quiseram cercear o meu direito de expressar o que o sócio quer. E agora, doutor, eu tive de sentar na frente de vários Conselheiros colegas que estão aqui, inclusive o Relator e o Presidente da CPPJ, que cercearam o meu direito de defesa e que me fizeram ouvir funcionários que nem estavam no local quando eu me comuniquéi com o porteiro, dizendo que eu havia xingado o porteiro. Não existe câmera com som, não tem nenhuma outra testemunha, como um sócio, por exemplo, é um funcionário protegendo o outro. O porteiro está de mau humor, ele não quer endereçar uma criança com espectro autista que está tremendo na portaria, ele fala que eu o agredi verbalmente. A supervisora vem me dizer que eu a agredi. E os seguranças vieram me reter na sala de segurança, dizendo que eu agredi o porteiro, ao invés de fazerem o

trabalho deles, para o qual são registrados, contratados e pagos pelos sócios deste Clube. Poderia ser o filho, neto de qualquer um aqui, que eu vejo muitas vezes. Já estive na sala da Presidência muitas vezes, onde eu reclamei de questões com meu filho e vi que não foram atendidas. Só que eu não sou essa pessoa, nenhuma criança dentro deste Clube, nenhuma criança sócia, tendo espectro autista, não tendo, tendo idade que seja não vai sofrer bullying ou assédio na minha frente e eu não vou me calar. E não tolero que os meus parceiros da CPPJ possam achar que eu agredi o porteiro, porque eles não têm provas disso. É a minha palavra contra a palavra de vários funcionários que foram se reproduzindo, aparecendo ali. E quando me levaram para a sala da segurança, o garoto já havia voltado com sua mochila, a mãe já estava vindo buscá-lo, porque eu me certifiquei disso, nenhum funcionário fez, eu me certifiquei e avisei o Diretor de Segurança desse problema e que ele precisava treinar os funcionários, inclusive vim aqui a esta tribuna. E se o senhor procurar nas atas vai encontrar que falei aqui que os funcionários da portaria tinham de ser treinados para reconhecer um problema, como, por exemplo, uma crise de pânico de alguém, de um sócio, um problema psicológico, alguma questão que a pessoa não esteja bem. Eu falei aqui.

Presidente – Conselheira Vanessa, seu tempo está esgotado, a senhora está concluindo o pronunciamento? Há outros inscritos, em respeito às pessoas aqui inscritas.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu quero respeitar todos aqui.

Presidente – Por favor.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu já falei muitas coisas aqui, é uma vergonha ter de me sentar na frente de funcionários que tem a cara de pau de falarem que eu agredi verbalmente alguém, sendo que eles nem estavam no local. O chefe da segurança se negou a testemunhar. O porteiro ficou sentado 4 horas na sala de espera e não foi chamado. O pessoal da CPPJ só chamou os seguranças que falaram que eu agredi, o porteiro não foi ouvido, porque ele ia ter mentido muito gravemente, porque os seguranças podem ter ouvido que o porteiro que eu o agredi verbalmente, mas não o agredi, apenas pedi que ele desse socorro a essa criança. E agora estou em julgamento, tem um monte de papel dizendo que eu agredi funcionário, sendo que eu sou a pessoa que em 2016 dei mais de 90 sugestões na mão do Dutra. E uma delas é que houvesse uma festa para os funcionários no Dia do Funcionário. Foi instituído pelo Dutra aqui no Clube graças à sugestão minha. Então, não tolero a Câmara de Processamento e Julgamento. A Câmara de Processamento existe porque eu sugeri ao Dr. Fasanaro uma Câmara de mediação neste Clube, fui eu quem fiz essa sugestão, fui eu que fiz essa sugestão ao Dr. Fasanaro em 2016.

Presidente – Conselheira, pediria para a senhora concluir.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – E agora tenho uma Câmara de Processamento e Julgamento com um monte de gente lá no pequeno poder que se acha no direito de falar o que quer, fazer o que quer e suspender os outros sem provas. Doutor, é gravíssimo, essa Câmara tem de sofrer uma inspeção urgentemente. Muito obrigada.

José Manssur – Sr. Presidente, com o máximo respeito, é meia-noite e vinte e cinco, e pelos anos que estou nesta Casa eu me preparara para fazer uma saudação à nova

Diretoria e a assunção de um Conselheiro Efetivo que passa a integrar o rol dos Presidentes. Mas diante deste horário, diante do que ouvimos – Deveres éticos não prescrevem, viu, Presidente – haverá oportunidade na palavra livre de eu falar o que penso a respeito da sua investidura, a respeito da sua presença e a respeito do que a comunidade pinheirense expectante aguarda e agradece ao senhor. Abro mão da palavra, Sr. Presidente.

Cândido Padin Neto – ... Nós temos muitos problemas aqui no Esporte Clube Pinheiros, por isso que é uma empresa, um Clube, uma cidade de 300 e tantos milhões de reais aqui que envolvem e nós temos de sempre estar atentos ao que acontece e estarmos inovando. Por isso que me debati muito e acho que essa Comissão tem de andar, Dr. Manssur, tem de ajudar isso, porque vai evitar muito disso aqui.

José Manssur (fora do microfone) – Pelo resultado o senhor viu o que ocorreu.

Cândido Padin Neto – Eu gostaria até que já fossem feitas todas essas modificações. Ficamos discutindo para tirar de pauta, coisa que a Diretoria não gosta de fazer essa retirada de pauta quando manda, mas agora retira de pauta depois de 3 horas de discussão. Quer dizer, é assim, aí que eu digo.

José Manssur (fora do microfone) – Mas essa é a natureza jurídica.

Cândido Padin Neto – Então, a natureza das coisas, a gente já conhece os andamentos. Agora, o que vi aqui, o Beto veio e acabou de falar o que ocorre, agora o novo Presidente a quem todos desejamos toda felicidade do mundo, está pegando um Clube que não é fácil. O Tatit fez um excelente trabalho quando era da Comissão. Nós, quando somos Diretores, já falei isso aqui, já expliquei por que da profissionalização, conversei contigo quando foi eleito, prometeu que ia e ainda não fez, não me deixou levar isso adiante. Nós não temos tempo. Eu não tive tempo, talvez o antecessor não tivesse tempo. Nosso ex-Diretor está aqui, também não tinha tempo, porque temos nossa vida profissional e é árdua. Acordo às 7h da manhã, às 10h da noite estou saindo, estamos em idade de atividade, não temos tempo de ficar aqui. E temos um corpo também, não somos uma construtora, então em obras nós temos de cuidar muito disso, por isso que está, não vou falar tudo errado, mas está muita coisa errada e aí começam essas coisinhas. Então, precisamos profissionalizar e profissionalizar a Diretoria, os Diretores de Área. Por isso sou contra Diretores de Área e são meus amigos, digo: Escuta, por que vai ficar Diretor? Por que você luta tanto para ser Diretor de Área? Brigo com o Dante, com o Andrezinho, falo: Não, não pode. Por que você quer 10, 20 anos? O Raul. Brigo mesmo. Acho que não, acho que a gente tem de ser Conselheiro e aqui dentro ajustar o Clube, a nossa atuação é aqui dentro, de fiscalizar aqui dentro. Tem de ter um corpo nosso aqui de fiscalização, não precisamos ter 212. Quantos Conselheiros nós temos? Olha aí quantos vieram hoje votar uma coisa superimportante. Acho que se tivéssemos 60 Conselheiros aqui seria ótimo, porque teríamos os Conselheiros que realmente iriam querer ser Conselheiros e atuantes, isso veio lá com a KPMG. Foi uma coisa ótima que o Cappellano fez. Não engatou, ficou na gaveta, não fizemos nada. Então, espero que o Fiore, conversamos bastante sobre isso. É novo, tem vontade, vamos melhorar este Clube. Esqueça política, você não depende de partido político, você não depende de nenhum cacique político aqui no Clube, depende de você, só, porque tem o apoio de todos nós aqui para qualquer coisa, é só você querer. Então, nós precisamos desse ordenamento. Eu digo desse trabalho porque me deu muita

surpresa de ouvir que o seu trabalho, Tatit, que conversei com você há muito tempo, não foi levado no processo, você sabia disso? O senhor sabia, Dr. Brazolin?

Carlos Alexandre Brazolin (fora do microfone) – Não sou advogado, os advogados fazem o que têm de se fazer.

Presidente – Conselheiro Padin, por favor.

Cândido Padin Neto – Era para trazer isso para ver que nós estamos podendo perder por uma má gestão dentro do Clube. Vai sair caro. E nós temos tudo para ganhar. Então, esta Comissão que íamos fazer, Bonilha, é isso que traz ao Clube, isso que ela enxerga para o Clube, por isso que precisa ser implantada. E nós precisamos, como Conselheiros, enxergar o quão é importante isso para o Clube, porque envolve tudo. Isso aqui não vai mandar no Clube, não é o Supremo Tribunal, que vai ser inquisitório. Não é isso, ela só vai dar ordenamento. Nós é que vamos votar, nós é que vamos fazer, ela só vai dizer: Olha, gente, isso aqui vocês estão fazendo errado, vem para o Conselho. Mas pelo menos tem uma ordem das coisas. Tem muita coisa errada aqui no Clube e nós temos de arrumar. Não vou mais tomar o tempo de vocês, fica para outra parte.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

Presidente – Informou quantos Conselheiros tinham comparecido à reunião e deu por encerrados os trabalhos aos trinta e seis minutos do dia 27 de maio de 2025.

* * *

Obs.: esta Ata foi aprovada na 772ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30 de junho de 2025, com as alterações já dela constantes.

Guilherme Domingues de Castro Reis
Presidente do Conselho Deliberativo
OAB/SP nº 128.329

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo

mIf



Field Performance Report

1.0 - Test Methods

- Determination of Shock Absorption - ASTM 3189-20
- Determination of Vertical Deformation - ASTM 3189-20
- Determination of Energy Restitution - ASTM 3189-20
- Determination of Rotational Resistance - EN 15301:2007
- Determination of Ball Rebound - EN 12235:2013
- Determination of Ball Roll - EN 12234:2013
- Determination of Surface Planarity - EN 7370-2003



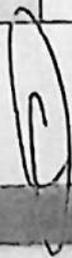
2.0 - Test Results Summary

	Shock Absorption (%)	Vertical Deformation (mm)	Rotational Resistance (Nm)	Vertical Ball Rebound (m)	Ball Roll (m)	Planarity
Limits	55 - 70	4.0 - 11.0	30 - 45	0.60 - 1.00	4.0 - 10.0	None > 10mm
Mean Results	64	9.0	29	0.60	9.7	1
*Test Limits based on industry standard specifications developed by governing bodies and adopted by the OneTurf Concept.						

3.0 - Field Information & Test Conditions

System Details		Testing Conditions		
			am	pm
Carpet Product	3G	Air Temp. (F)	60	-
Performance Infill	SBR	Surface Temp. (F)	64	-
Stabilizing Infill	Sand	Humidity (%)	83	-
Test Condition	Wet	Wind Speed (m/s)	1.3	-
Underlaymant	-	Weather Conditions	Rainy	
Substrate Type	Dynamic Stone	Operator	JD	

0/0



2.1.3- Conclusão

Diante do exposto, este engenheiro conclui que as alterações realizadas no projeto durante a execução da obra se apresentam tecnicamente inadequadas. A ausência de documentação essencial, a instalação de pilaretes sobre calhas de concreto não dimensionadas para suportar as sobrecargas introduzidas, bem como a execução de soldagens estruturais nos pontos nodais sem projeto, sem controle tecnológico e sem ensaios de verificação da qualidade, comprometem de forma substancial a segurança estrutural e a confiabilidade da edificação como um todo.

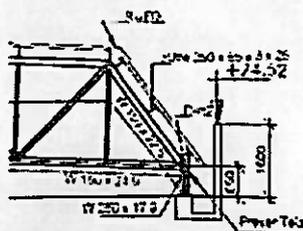
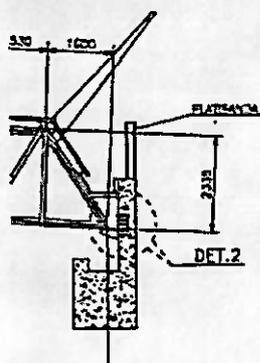
Tais intervenções distanciam-se dos padrões normativos vigentes e das boas práticas da engenharia, sendo incompatíveis com o grau de responsabilidade técnica exigido para construções dessa complexidade, porte e nível de risco.

No caso específico das vigas-calha, além de estarem sujeitas a sobrecargas não previstas no projeto original, verificou-se que tais elementos foram, ao longo de sua vida útil, submetidos a um ambiente de elevada agressividade — em função do escoamento contínuo de efluentes pluviais contaminados por chuva ácida e partículas solubilizadas. Essa exposição compromete potencialmente as propriedades mecânicas do concreto e a integridade das armaduras internas. A ausência de documentação técnica e de ensaios de verificação da capacidade resistente impede qualquer validação segura de seu uso como suporte para os novos pilaretes.

No tocante às chapas metálicas soldadas nos nós da cobertura, verificou-se que a intervenção foi realizada sem projeto específico, sem dimensionamento adequado e sem qualquer forma de controle tecnológico das soldas executadas. Ademais, as características geométricas e a execução dos cordões de solda observadas durante a vistoria são incompatíveis com os requisitos técnicos exigidos para elementos de reforço estrutural, o que compromete gravemente a eficácia e a segurança da solução adotada.

Diante desse conjunto de evidências, recomenda-se, do ponto de vista técnico, que as soluções estruturais adotadas sejam objeto de certificação formal mediante a realização de ensaios específicos — como prova de carga monitorada, escaneamento 3D e ensaios não destrutivos das soldas (ex. líquido penetrante, ultrassom ou radiografia industrial), de modo a se aferir, com grau técnico aceitável, a integridade e a segurança dos elementos envolvidos.

10. O Sr. Perito tem conhecimento que em 03/10/2020 a Comissão Permanente de Obras emitiu um detalhado relatório sobre a obra “Troca da Cobertura do Conjunto Desportivo Henrique Villaboim” e respectivos anexos?



11. De acordo com o contrato de prestação de Serviços de nº 23110 de 2017 o escritório técnico Tamoczky foi contratado para fornecer um “Projeto Básico de Estrutura Metálica”? Caso positivo, quais foram os desenhos entregues por esse escritório para a licitação?